

Filhos da Rainha Ginga?
Sociogénese da Nação e do Estado Angolano

Luís Filipe França Valentim Baptista

Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

Área de especialização em Relações Internacionais

Orientado por Professor Doutor Manuel Filipe Canaveira

Setembro, 2014

*À minha esposa Lídia,
e ao tão esperado Daniel.*

RESUMO

A seguinte investigação centra-se sobre a sociogénese da nação e do Estado angolano no contexto de estado pós-colonial e de dependência externa. O presente trabalho tem como fito elaborar um conjunto de análises e interpretações de factos históricos e da realidade política angolana para compreender os sistemas de reproduções que estão na base da construção da herança colonial, e ao mesmo tempo explicar como este processo está a ser dirigido pelas elites angolanas na continuação da formação da identidade nacional.

Para isso, foi importante o papel das elites nacionalistas de pendor mais internacionalista que, pelo seu legado cultural, apostaram mais na reprodução das estruturas do que em enveredarem para um pan-africanismo que caracterizou algumas tendências noutros estados pós-coloniais de África. O reforço da herança colonial está circunscrito na forma como a própria descolonização foi feita, no contexto de Guerra Fria e nos confrontos civis que se seguiram à independência. Logo, o papel dos nacionalistas foi de importância capital na constituição da nação e do Estado, a qual o processo ainda não apresenta sinais de um projecto acabado. Isto porque a dinâmica política ainda é muito dirigida pelo Estado e pela elite dirigente, perpetuando a forma de Estado centralizado de tipo colonial. As consequências desta forte centralização são a ausência de uma sociedade civil e a repressão de qualquer autonomia social ou liberdade individual. Tudo isto está a ser feito em nome da construção da identidade angolana e do pretenso Estado – Nação, que visa a uma cultura nacional.

PALAVRAS-CHAVE: Imperialismo português, nacionalismo, identidade, Guerra Fria, Guerra Civil, centralização do poder do Estado

ABSTRACT

The following research focuses on the socio-genesis of the nation and the Angolan state in the context of post-colonial state and foreign dependence. The present work has the purpose of drawing up a set of analyzes and interpretations of historical facts and the Angolan political reality to understand the systems reproductions that underlie the construction of colonial heritage, while also explaining how this process is being driven by Angolan elites in the continuing formation of national identity.

For this to happen, it was important the role of nationalist elites, who bend more to internationalism, which because of its cultural legacy, bet more on reproducing structures than embark for a pan-Africanism which featured some trends in other post-colonial states of Africa. The strengthening of the colonial legacy is limited in how decolonization itself was taken, in the context of the Cold War and in civil strife that followed independence. Therefore, the role of nationalists was of paramount importance in the constitution of the nation and the state, in which the process still shows no signs of a finished project. This is because the political dynamics is still directed by the state and ruling elite, perpetuating a form of state centralized of colonial type. The consequences of this strong centralization are the absence of a civil society and the repression of any social autonomy or individual freedom. All this is being done on behalf of the construction of identity and the alleged Angolan Nation - State, aimed at a national culture.

KEYWORDS: Portuguese imperialism, nationalism, identity, Cold War, Civil War, centralization of state power

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| INTRODUÇÃO..... | 1 |
| Teorias Realista, Neo-realista e Construtivista na Realidade Política e Social Angolana | 8 |
| Metodologia de Trabalho..... | 14 |
| 1. Filhos da Rainha Ginga? | 16 |
| 1.1. Nação intencional: os critérios políticos da construção de unidade nacional..... | 16 |
| 1.2. O surgimento dos nacionalismos em Angola | 21 |
| 1.3. A legitimidade das elites nacionalistas em Angola e no sistema internacional... | 26 |
| 1.4. O colonialismo e o nacionalismo como força de coesão nacional e emancipação | 30 |
| 1.5. O comportamento das elites nacionalistas angolanas na sociedade pós-colonial | 34 |
| 2. A circunstância da Guerra Fria no sistema internacional e o processo de independência de Angola..... | 41 |
| 2.1. A Guerra de independência de Angola no contexto da Guerra Fria | 42 |
| 2.2. A formação política dos movimentos de libertação e o início da luta de libertação nacional | 47 |
| 2.3. A questão angolana na agenda internacional e o conflito das potências | 53 |
| 2.4. O reforço da identidade no conflito militar..... | 58 |
| 3. O Estado angolano..... | 62 |
| 3.1. A formação do Estado em Angola no interesse do sistema internacional | 63 |
| 3.2. A cultura de Estado centralizado em Angola na herança da cultura colonial..... | 67 |
| 3.3. Legado colonial na formação da identidade nacional: mapa e língua | 73 |
| CONCLUSÃO..... | 77 |
| BIBLIOGRAFIA | 83 |

LISTA DE ABREVIATURAS

- CCPA – Comissão Coordenadora do Programa para Angola
- EUA – Estados Unidos da América
- FAA – Forças Armadas de Angola
- FALA – Forças Armadas de Libertação de Angola
- FAPLA – Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
- MFA – Movimento das Forças Armadas
- MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola
- ONG – Organizações Não Governamentais
- ONU – Organização das Nações Unidas
- PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado
- UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola
- UPA – União dos Povos de Angola
- URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

INTRODUÇÃO

O surgimento das nações africanas no século XX foi um dos acontecimentos históricos que marcaram a viragem da ordem política internacional, e significou o abandono do imperialismo europeu direto no continente. Este fato histórico foi de importante valor para os estudiosos que se debruçam sobre o continente, com a utilidade que estes acontecimentos tiveram na formação dos novos Estados e nações, cujo seu programa enquanto identidade nacional estava ligado ao seu passado colonial. Este trabalho retoma este aspeto no estudo da formação da Nação e do Estado angolano na categoria de Estado pós-colonial. No enquadramento da Nação angolana, o enfoque centra-se sobretudo no imperialismo português e na sua influência sobre os povos que povoavam o território.

A vantagem de estudar as configurações que a Nação angolana está a tomar e as forças que estão na origem da sua formação, surge da constatação que se verifica na atualidade angolana da necessidade de criar um mito de heroísmo nacional para legitimar a sua identidade nacional e a sua criação enquanto nação. O mito da rainha Ginga que ultimamente tem feito furor para levar a que os angolanos acreditem na ideia de uma nação genuinamente africana, não corresponde aos fatos históricos e antropológicos que estão na génese desta Nação. Deste modo reforça-se a necessidade de um estudo científico que vá contra a ideia que as elites angolanas estão a tentar passar para o seu povo.

No entanto temos que concordar que o nome de Angola se aproxima mais do nome do antigo reino N'Gola; mas esse não pode ser de maneira nenhuma motivo de deturpação dos fatos, porque a longo prazo poderá ser legítimo invocar os restantes reinos que combateram os portugueses para impedir a sua dependência, como agentes tribais e enquanto povos. Aceitar o mito da rainha Ginga é aceitar de igual modo direitos aos restantes reis e tribos que lutaram contra o expansionismo português. Esta tese vai contra esta nova corrente de construção da Nação e da identidade angolana, mostrando que a criação deste território enquanto Nação não foi fruto de forças tribais mas extraterritoriais.

Assim sendo e como é sabido, a Nação angolana é uma criação do imperialismo português naquele território, que dominou os vários povos e colocou a heterogeneidade étnica sobre um único poder. Desta forma, esta Nação não respeita nenhuma conquista tribal africana, nem a sua génese está circunscrita a nenhum ideário africano. O interessante nesta construção está na dependência externa a que estas tribos independentes passaram a viver na dependência do colonialismo. Para isso foi importante a própria forma de organização política portuguesa e as disputas internacionais no qual Portugal estava exposta. Esta exposição internacional de Portugal, e o sistema imperial europeu nas suas relações de equilíbrio de poderes, incidiram sobre o corte do território angolano, ao mesmo tempo que a forma de organização política centralizada concebeu mecanismos capazes de originar a nação angolana.

Neste ponto de vista, até à sua independência, a nação angolana não foi mais do que um extensão da nação portuguesa, que historicamente foi-se apropriando do quadro cultural e ideológico próprio do imperialismo português. E isto levou-nos, sem ingenuidade, a que o título do trabalho tivesse ‘Nação’ antes de ‘Estado’, porque o Estado angolano obedece a uma segunda ordem de facto que o separa da Nação. Da qual, para que este mesmo Estado tivesse legitimidade, herdou uma nação no qual ele não foi o criador. E foi nesta dicotomia, em que de um lado temos uma nação colonial e do outro lado temos um Estado pós-colonial, que estudamos a construção da identidade angolana e o comportamento das elites locais na manutenção da identidade e na construção do Estado. O que nos deu a entender que a história angolana é feita de contrariedades, porque o internacional e o nacional tiveram um papel preponderante na própria construção política, quer da nação, ou das elites que apropriaram-se de um conjunto de ideologias internacionais para procurarem a sua emancipação enquanto nação.

Foi no jogo nacional e internacional que o próprio desenvolvimento histórico do actual Estado angolano fez dele um estado de conveniência internacional. Porque as elites locais foram originadas a partir de referências da ordem internacional, e a partir do internacional procuraram construir a sua identidade enquanto nação. Foi a partir deste primado que encontramos nos primórdios do nacionalismo angolano a defesa da *angolanidade* como a identidade nacional, diferenciando-se deste modo da identidade imperial portuguesa. E assim dá para perceber que este conceito não foi mais do que

procurar nos conteúdos culturais da miscigenação da cultura africana e portuguesa uma cultura própria da nação angolana. Mas esta defesa cultural só ganhou vigor devido aos problemas sociais e económicos que o próprio colonialismo fomentou, dando espaço para que as elites formadas dentro da cultura portuguesa, mas racialmente africanas, procurassem desacreditar o colonialismo português dentro do território e no sistema internacional.

Claro que o sucesso das elites locais só foi possível porque a ordem internacional já não era comandada pelos europeus, devido à sua debilidade após a II Guerra Mundial, e pelos episódios de independência que se começavam a espalhar por todo o continente Africano. Isto era em muito devido ao surgimento de duas superpotências que na sua ideologia criticavam o colonialismo. De um lado tínhamos os Estados Unidos da América, que devido à sua história criticavam o colonialismo, mas que a intensidade desta crítica estava sempre ligada aos presidentes. Foi na administração Kennedy que a questão da autodeterminação dos povos africanos ganhou maior projecção nas políticas externas dos Estados Unidos. Do outro lado tínhamos a União Soviética, principalmente com o vigor estratégico de Khrushchov, que via no terceiro mundo o alvo primordial, com a sua vertente ideológica marxista-leninista que se opunha a qualquer forma de imperialismo e opressão. Em rigor, estas duas vertentes na prática da política mundial e no quadro político africano não procuraram fomentar algum espírito altruísta, mas impor o seu modelo ao mundo africano e procurar aliados submissos. No caso africano, e especificamente em Angola, este tema da Guerra Fria foi muito explícito quando as duas Superpotências utilizaram todos os recursos para se superiorizar em relação ao outro, ao colocarem os seus aliados no poder.

Esta exposição internacional que tem sido a tónica de toda a formação política angolana, levou a que a sua dependência externa se acentuasse, bem como todo o percurso da sua história política. E isto leva-nos a ter maior atenção aos acontecimentos internacionais e às consequências internas que este processo tem implicado para a sociedade angolana. Foi este mesmo processo que nos obrigou a separar o papel do Estado angolano nas políticas internas e no quadro da governação, e o seu papel na política internacional. No quadro da vida política angolana, notamos que o Estado angolano comanda a vida social com mão-de-ferro, ao mesmo tempo que utiliza os seus recursos económicos para comprar a sociedade; mas internacionalmente é um Estado fraco e dependente do curso do sistema. Logo, a falta de um papel importante de Angola

dentro de um sistema internacional, e a sua dependência em relação ao sistema internacional, faz com que a elite angolana no poder tome decisões ou importe modelos que muitas vezes não têm nada a ver com a realidade da sociedade angolana. Isto devido às alianças internacionais que o Estado angolano procurou sempre cumprir para não ficar fora do sistema, levou-o a adoptar modelos que melhor satisfiz o aliado, em vez de procurar mecanismos políticos que promovessem a sustentabilidade social e humana dos angolanos. No caso da guerra civil angolana esta característica foi mais do que evidente, mas devido às circunstâncias, houve também políticas sociais que incorporaram os angolanos dentro de um sistema mais abrangente para não quebrar o quadro constitutivo da nação.

O perigo da guerra civil para os angolanos foi o desmembramento territorial a que esteve sujeito, devido às decisões que se queriam tomar a nível internacional para pôr fim ao conflito. Por exemplo, segundo uma proposta dos Estados Unidos, a resolução do conflito angolano passava pela divisão do território em duas zonas de influência. Estas medidas internacionais muitas vezes ficaram muito distantes do que é realmente verdade em Angola e para os angolanos, que não lutaram numa base de socialismo ou liberalismo, mas na defesa da identidade angolana. Esta falta de sensatez internacional tem prejudicado o próprio crescimento económico e humano dos angolanos, que não podem apostar em políticas de pendor mais nacionalista para promover a integridade da identidade, nem incorporar aqueles angolanos que devido ao conflito estiveram à margem desta mesma identidade. Mas se o perigo internacional da guerra civil era o desmembramento, na verdade também houve um reforço de políticas nacionais na guerra (tendo como aposta por exemplo a educação e saúde pública), porque a necessidade de criar um exército nacional passou as barreiras étnicas que poderiam surgir no período pós-colonial. O exército angolano continua a ter um papel na consolidação da identidade no reforço da estabilidade política, porque é uma instituição de incorporação dos efetivos militares que estavam à margem do sistema nacional, embora agora adoptem uma nova abordagem comum no Estado angolano.

E foi neste enfoque que mostramos que as medidas de democratizar o país e colocá-lo no mercado internacional não são mais do que um cumprimento da agenda política que as elites políticas assumiram internacionalmente. De facto, não significou muita melhoria para os angolanos, que continuam a viver em condições humanas deficitárias. A democracia, enquanto regime de liberdades e garantias, é uma miragem

não para os angolanos, mas para o sistema internacional. Porque a democracia exige uma sociedade civil forte, formada e informada, a qual Angola não tem. E esta exigência é feita num período em que as políticas sociais que promovem a educação e a saúde são quase inexistentes em Angola, devido aos compromissos liberais que tiveram que assumir junto a organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Reunida toda a riqueza que a informação dos documentos e bibliografia nos possibilitou, esta tese procurou focar sobretudo na identidade e na cultura política que tem acompanhado a sociogénese da Nação e do Estado angolano, dentro da perspectiva do sistema internacional a que este território está votado. Em todo o trabalho, o mais atento dos leitores notará que no estudo retratamos todos os acontecimentos políticos e históricos sem fazer distinção em relação a Cabinda. Este autor tem consciência que durante o trabalho negligenciou Cabinda devido à sua especificidade e complexidade dentro da construção da identidade nacional angolana. As interrupções geográficas atuam como patrocinadoras de *modus vivendi* particulares, e no caso angolano Cabinda é como uma cultura autónoma que, devido ao seu isolamento geográfico, afirmou-se de maneira diferente. Deste modo, o processo de independência em relação ao resto do território angolano é um contra censo com a política de unidade nacional do Estado angolano e a elite do governo.

Foi neste percurso que a tese se direccionou na elaboração da estrutura do trabalho em três blocos. No primeiro bloco, a nossa atenção centra-se na questão da nação, do nacionalismo, das elites nacionalistas, na coesão territorial e no comportamento das elites. Neste capítulo, estes temas foram de grande importância para perceber a dinâmica política e social em que o território está sujeito. Porque os povos que passaram a constituir a nação angolana tiveram que estar ligados por políticas que respeitaram mais uma tendência centralizadora devido tanto à cultura política colonial, como também à necessidade de manter povos tão diferentes nas suas bases étnicas. Isto irá explicar todas as formas de violação de liberdades individuais, porque foi em nome de uma identidade colectiva que as liberdades foram silenciadas. Com os nacionalistas angolanos este mesmo quadro não se alterou, devido à sua necessidade de manter a nação. Desta forma, analisaremos que o comportamento dos nacionalistas angolanos foi de um pendor mais internacionalista, mas com a necessidade de incorporar as diferenças em nome de um bem maior. Assim, este comportamento dos nacionalistas foi moldado

devido às suas necessidades internacionais e nacionais; isto é, as necessidades logísticas para manter a sua organização e a procura de legitimidade internacional obrigaram-nos a pronunciarem-se como representantes de um povo já constituído, mas constituído dentro de um quadro colonial.

No segundo bloco, devido às circunstâncias em que os acontecimentos internacionais estavam a influenciar os destinos dos angolanos, começamos por retratar a guerra de independência e o contexto de Guerra Fria, bem como as implicações que tiveram no processo de construção do Estado angolano. A Guerra Fria foi um factor fundamental na consolidação das elites de decisão em todo o processo que acompanhou a construção do Estado angolano. Porque a União Soviética, ao apostar no governo formado pelo MPLA, garantiu mecanismos que foram importantes para a formação dos quadros dirigentes do aparelho governativo. Mas pensar o Estado angolano na sua dependência externa, implica acompanhar as mudanças que ocorreram no sistema internacional e as mudanças que o governo angolano teve que fazer para manter o seu papel na condução do Estado. E isto teve uma implicação na forma como os movimentos se formaram politicamente, porque a aliança internacional era muito valorizada na questão de segurança e apoio.

No terceiro bloco far-se-á, essencialmente, um retrato geral da perpetuação da dependência externa de Angola e da permanência de traços coloniais na sua forma de governação. Além de destacar a importância do mapa e da língua para a continuidade da nação angolana, analisar-se-á como as elites têm mantido esta herança colonial até à actualidade. Mas não deixamos de destacar os perigos que a nação e o Estado angolano continuam a ter ao estar exposto no sistema internacional, no qual as relações de poder implicam sempre a anulação de qualquer aspiração ou a neutralização de autonomias dentro do sistema. Isto determina as escolhas de governação, que levará a que a nação e o Estado estejam opostos quanto às suas aspirações.

No retrato geral, esta tese trilha o processo que a própria construção da identidade angolana e a cultura política têm caminhado, as implicações positivas e negativas que todo este processo tem tido para os povos que habitam o território angolano, e as consequências futuras que estas implicações podem ter para a continuidade da identidade angolana. Isso tornará este trabalho numa porta de entrada para os estudiosos que se debruçam sobre as questões africanas, e principalmente os que pretendem especializar-se na construção das nações e estados em África, pois que a

identidade nacional tem sido a questão fulcral de toda a estrutura que se tem construído à volta deste conceito. Teoricamente este assunto é lato no seu conteúdo, mas na realidade social e política angolana tem sido usado de forma criteriosa para a unificação das diferenças étnicas e linguísticas que marcam a paisagem humana daquele território.

O que toma um valor intrínseco em si mesmo, é o facto de que trinta e nove anos depois da independência, a nação angolana, com excepção de Cabinda, ainda não deu indícios de separação ou conflitos étnicos. Mas como assinalamos no último capítulo do bloco três, os maiores perigos que Angola continua a enfrentar não vêm só de dentro do próprio território, mas de factores extrínsecos ao território. E é neste conteúdo que vai permanecer a pertinência científica de estudar Angola no seu processo de construção nacional.

Teorias Realista, Neo-realista e Construtivista na Realidade Política e Social Angolana

A tentativa de esboçar uma teoria sobre a realidade angolana, principalmente no período em que surgem os movimentos nacionalistas, requer uma elasticidade teórica capaz de agrupar diferentes dimensões abstratas para compreender a realidade concreta do país. Como nos é chegado historicamente, a nação e o Estado angolano surge por intermédio de decisões internacionais que influenciaram de forma decisiva a vida dos povos que viviam e vivem neste território. E foram os vários acontecimentos que foram gradualmente alterando a realidade política e social que levaram a que os agentes políticos internos perdessem a sua autonomia política e administrativa. Desta forma, o período que vai da formação da política imperialista europeia até à formação de territórios coloniais é marcado pela ascensão do realismo político e a consolidação dos interesses de estado das potências colonizadoras, que decidiram esquadrihar o território Africano consoante os seus interesses internos. Foi fundamental a predominância da razão de estado entre os decisores que procuravam estabelecer as suas zonas de influência colonial.

Por seu turno, a teoria realista é fulcral para a noção de relações de poder e equilíbrio da balança de poderes, como assina Dougherty e Pfaltzgraff, Jr., porque incide sobre dois focos: o “sistema internacional e a unidade ou estados enquanto actor” (2003: 79). Mas não foi só no período que antecedeu o imperialismo que esta teoria serve para nos ajudar a compreender a questão da formação das unidades políticas em Angola. Na sequência da Guerra Fria e na competição entre a União Soviética e os Estados Unidos, o território angolano esteve sujeito às mesmas pressões internacionais. Falar de um neocolonialismo seria abusar do termo, já que as duas potências não apostaram de forma decisiva na formação cultural e política do território. Mas procuraram colocar governos subservientes ao seu modelo social e económico; no fundo da questão, não alteraram as estruturas culturais do próprio processo colonial português. Desta forma, as Superpotências agiram mais segundo agentes que “pensam e actuam movidos pelo interesse, definindo este em termos de poder” (Morgenthau, cit. Dougherty & Pfaltzgraff, Jr., 2011: 96).

Na medida em que a teoria realista explica estes acontecimentos, porque estamos a falar do sistema internacional e dos estados, surgiam outros actores políticos que não

eram propriamente estados, mas que influenciavam o percurso dos acontecimentos devido à pressão que exerciam sobre o sistema. Os movimentos de independência, no momento em que entraram dentro do sistema internacional e começaram a exercer pressão sobre o Estado português, tornaram-se agentes internacionais com direitos e apoios de estados nacionais; logo, passaram a ser um agente internacional com os mesmos direitos que os estados têm dentro do sistema. Esta realidade não alterou propriamente as relações entre estados, mas abriu uma realidade dentro dos sistemas que são agentes não estatais e que influenciam as agendas estatais. O neo-realismo, pela elasticidade da sua teoria, foi competente em introduzir dentro dos estudos das relações internacionais este poder não estatal, que chega muitas das vezes a comportar-se como agente político internacional vocacionado para competir com o mesmo grau de poder de um Estado.

Na verdade, não foi com o fim da Guerra Fria que se começou a notar a preponderância desses agentes não estatais na ordem internacional, bem que actualmente o papel das ONG's têm tido um papel relevante. Só que os movimentos de independência do continente africano, e em especial de Angola, ao inserirem a sua luta a nível internacional estavam a transformar a realidade internacional, o tradicional poder entre os estados teve de acrescentar agentes políticos não estatais que pretendiam dentro do sistema internacional alterar o estado de coisas nos seus territórios nacionais. Mas esta realidade, por ser prematura na sua forma, foi entendida de uma forma mais utópica do que realista. Porque segundo os utopistas, a sua defesa política e teórica era essencialmente “a autodeterminação nacional” (Dougherty & Pfaltzgraff, Jr., 2011: 83). Em rigor, nos primeiros anos de luta de libertação nacional de Angola, devido aos apoios internacionais que procuravam na arena internacional, os movimentos angolanos equacionaram nas suas agendas políticas este conceito; na prática, não foi o que se verificou.

Devido à complexidade do processo da própria criação da identidade nacional angolana, e da sua luta também a nível internacional pela independência, as teorias realistas e neo-realistas andam a par na interpretação dos factos. Porque durante muitos anos, em toda a estrutura internacional do fim do império europeu até à Guerra Fria, o que predominou foi a relação de poder entre os Estados. O que não quer dizer que na década de 1960', quando os movimentos angolanos apareceram, este paradigma não tivesse começado a ser alterado. Esta realidade da mudança de paradigma alterou o

tradicional poder entre os Estados, porque as potências hegemónicas na sua relação tradicional de *realpolitik* tiveram que apoiar e fomentar estes grupos, que viviam à margem do sistema internacional mas que procuravam internacionalmente a sua emancipação nacional. Quando as potências os apoiaram, alteraram esta mesma relação de poder entre Estados, para dar lugar a estes agentes políticos que estavam fora da política interna dos seus territórios, mas activos internacionalmente na luta contra a presença europeia em África. Por este meio é que no final da Guerra Fria todos os agentes não estatais consolidaram a sua presença internacional, bem como esse fim significou também a proliferação de pequenos bandos armados que comprometeram o desenvolvimento e o crescimento de muitos territórios africanos. Deste modo, impediram a criação de uma cultura nacional por parte dos Estados, devido a essas contendas internacionais que motivaram o surgimento de oponentes belicistas que motivaram a precarização do ato de governação.

Logo, os neo-realistas estão mais seguros na sua abordagem de o poder não estar só nos agentes estatais, mas no “agente [que] dispõe de poder na medida em que afecta outros mais do que estes o afectam a ele próprio” (Kenneth Waltz, cit. Dougherty & Pfaltzgraff, Jr., 2011: 91). Os movimentos de libertação de Angola conseguiram prejudicar mais o Estado português do que o seu próprio movimento; nestes termos, os movimentos possuíam poder internacional suficiente para competirem contra o poder português. Na base de poder desta luta estavam questões morais e ideológicas que não eram utopias, mas sim relações de força internacional que estavam abertamente em luta.

Na verdade, o que estava em luta naquela altura eram vários conceitos morais e ideológicos, os quais Portugal tentou defender, no que acreditava ser a sua vocação moral no continente africano. O que falhou não foi propriamente o conceito que os portugueses apresentavam na sua luta a favor da presença nos territórios; em rigor, o que falhou foi o que Portugal estava a lutar dentro da nova realidade que as potências hegemónicas estavam a lutar. Porque bem vistas as coisas, Portugal poderia reivindicar com justiça o território porque foi o projecto imperial deste, e não segundo a moral da União Soviética ou dos Estados Unidos, porque criou a nação angolana e deu condições institucionais para a sobrevivência do território. Mas as reivindicações portuguesas pertenciam a um período que tinha chegado ao fim com a II Guerra Mundial. E os nacionalistas angolanos, que tinham sido instruídos dentro da cultura portuguesa, souberam tirar proveito desta construção internacional para lutarem internacionalmente

pela sua autodeterminação. A nação angolana, como apelavam os nacionalistas, não era mais do que a nação portuguesa em Angola. Porque a vida económica e social estava arquitetada segundo o modelo português de administração centralizada e unitária.

Mas como foi possível aos agentes não estatais entrarem dentro do sistema internacional, a fragilidade portuguesa foi explorada devido à sua ocupação ter sido por intermédio de um período anterior à II Guerra Mundial, que pautava pelo sistema imperial europeu. Só que na Guerra Fria este conteúdo imperial estava a ser fortemente questionado pelas duas principais potências e pelas nações africanas emancipadas.

Devido a esta riqueza histórica é que devemos olhar para as teorias realistas e neo-realistas, quando pretendemos estudar territórios que tiveram na sua génese paradigmas internacionais que criaram culturas extraterritoriais para fomentar uma nação, especificamente tendo em conta o caso das colónias portuguesas. E que, devido às especificidades da cultura política do colonizador, foram capazes de dar continuidade à nação de criação imperial pós-independência. Mas por causa da sua configuração internacional, estas nações não foram capazes de se libertar do jugo do sistema, ficando desta forma reféns das decisões internacionais.

Quanto ao Estado angolano e o seu papel internacional, as duas teorias abordadas anteriormente não são suficientes em si mesmas para a análise e interpretação dos acontecimentos que estão na origem da criação do mesmo, mas elas complementam o estudo sobre o caso. Porque o Estado não pode ser analisado sem a componente social que implica nas relações entre a superestrutura e a infra-estrutura, sendo que as relações são de complementaridade ou contradições. Ao recorrermos às teorias construtivistas, procurámos entrar no âmago destas contradições que fazem parte da vida política da sociedade angolana. De um lado temos um Estado que tem a sua formação e legitimação por intermédio de acordos entre Estados, e uma sociedade que só tem o seu significado porque o Estado é o motor de coesão nacional. Mas o Estado na sua implicação com a sociedade respeita um programa arquitetado pelas elites dominantes, que adequam a função do Estado aos seus próprios interesses. Numa compreensão nacional, o Estado é o centro da construção da realidade que se pretende construir, sendo definido, fazendo fé a Weber, o “Estado moderno – como complexo de uma conjunta acção específica de homens (...), porque determinados homens orientam a sua acção pela representação de que ele deve existir (...)” (2009: 32).

Só que o Estado angolano não fica só pela orientação da sociedade; ele mesmo está ligado à dependência externa devido às condições como foi concebido dentro do sistema internacional. Como nos é sugerido por Alexander Wendt, “a política mundial é ‘socialmente construída’” (tradução livre, 1995), através de interações que ao longo do tempo vão-se tornando costume, ao ponto de ser socialmente aceite. O papel de dependência em que o Estado angolano foi definido nos seus primeiros anos de vida, travou todas as tentativas de autonomia política, limitando o seu papel dentro de um sistema que criou um subsistema para poder integrar estes novos estados. Deste modo, os Estados pós-coloniais são de facto Estados internacionalmente construídos, e o seu papel foi socialmente definido na sua nascença através da dependência e limitação de liberdade imposto pela internacionalização.

Não devemos olhar para este quadro teórico como dado infinito, porque as sociedades humanas e as relações de poder entre os Estados não são figuras petrificadas. As motivações e as paixões humanas são capazes de alterar condições que eram dadas como sólidas e definitivas. As teorias são construções abstractas, que são utilizadas fundamentalmente para tentar compreender uma realidade que se pretende estudar, e muitas das vezes estas realidades mudam tão violentamente que as teorias não conseguem seguir todo o seu rasto. Por isso é que neste estudo aplicamos três campos teóricos para poder abarcar o máximo de conexões que possam existir neste emaranhado de relações que envolvem pessoas, instituições, elites políticas, e o sistema internacional de Estados.

No uso destas teorias, que vão estudar uma realidade muito distante do seu *habitat*, é preciso ter consciência que chegará o momento em que elas próprias não vão obter todo o ‘sumo’ que se pode retirar da realidade, mas ajudar-nos-ão a chegar a ela. É neste domínio que devemos olhar para as teorias como um meio e não como um fim em si. Principalmente no que diz respeito a Estados como o angolano, em que a sua vida interna está tão dependente dos acontecimentos externos que nos leva a ter muitas cautelas no tratamento da informação. Como observam os construtivistas, o que “os Estados fazem uns aos outros afeta a estrutura social na qual eles estão incorporados” (Wendt, tradução livre, 1995). No caso angolano, este facto é tão notório desde a criação da nação, até à formação do Estado e a sua vida política dentro do sistema.

E é por intermédio do tratamento da informação, principalmente histórica, e pelo cruzamento com estas três teorias, que descortinamos sobre acontecimentos

internacionais que vão determinar a sociogénese da nação e do Estado angolano. Ao mesmo tempo, leva-nos a perceber como a disputa internacional foi tão importante para a consumação dos destinos dos diferentes povos que habitam o território que Portugal baptizou como Angola.

Metodologia de Trabalho

A escolha dos mecanismos de recolha e tratamento de informação foi primordialmente a partir de fontes indiretas. O recurso a esta forma de recolha foi devido à disponibilidade de informação, principalmente histórica, de obras e estudos já publicados sobre o tema que se aborda na tese. Esta informação adquirida através de leituras de bibliografias disponíveis e memórias de pessoas que estiveram nos vários períodos históricos, foi marcada por este autor como capital para os propósitos que se pretendem atingir, e ganhou maior riqueza através de conversas informais que foram tendo ao longo da pesquisa com pessoas que conhecem a realidade angolana, bem como com angolanos que vivem o seu dia-a-dia na sociedade angolana e que foram capazes de descrever dúvidas e medos que ainda são muito reais para a sociedade.

Estas descrições que foram surgindo ao longo da tese por intermédio destas conversas informais captaram a atenção, devido ao contacto direto que este autor teve com a realidade angolana nos anos que viveu em Angola e como nacional de lá, bem como posteriormente nas várias viagens que foram realizadas a esse país. Este contacto direto permitiu compreender e ter a perceção de muitas situações, como se estivesse no papel de um observador participante. Mas devido à falta de exatidão do papel de autor naquele momento, e à falta de anotações de conversas ou outros meios audiovisuais que permitissem comprovar o que foi observado, optou-se por utilizar o método de ‘exame objetivo’ que se importou das ciências da vida, principalmente utilizada no ramo da saúde, para descrever de forma o mais objetiva possível os fatos que foram revelados.

Outro mecanismo metodológico que foi útil foram as entrevistas indiretas, em oposição às entrevistas diretas, que se foram recolhendo em revistas e obras publicadas de agentes que descreveram na primeira pessoa as suas perceções sobre a realidade atual e passada de Angola. Estas entrevistas têm o mérito de poder reproduzir na primeira pessoa a sua maneira de relatar e descrever o período que vai desde o início da guerra de independência até à atualidade.

Mas os factos históricos que obtivemos através da leitura da bibliografia consultada não fariam sentido para os nossos propósitos, se não lhes déssemos o devido tratamento para responderem às nossas dúvidas e nos guiarem no objetivo que pretendemos atingir. Deste modo recorreremos a Polanyi e ao seu conceito de “vazio

social” (2012: 335), para analisarmos e interpretarmos o modelo imperial da Europa na sua implantação em África e os recursos simbólicos utilizados para poder afirmar a soberania civilizacional da Europa.

Mas se este conceito pode ser usado para mobilizarmos o estudo sobre a Nação angolana e a criação de um modelo social nacional, ficar-nos-á em falta a questão do Estado angolano manter o modelo do colonizador. Já que, em rigor, a causa da luta de independência foi justamente a luta contra o sistema. E na verdade, o que houve foi a reprodução do sistema colonial, porém ocupado pela elite angolana. Mas será que a manutenção do *status quo* anterior está ligado à necessidade de manter a nação, ou as elites não tiveram capacidade de alterar/implantar novos significados ideológicos? Quanto a este caso, manter-nos-emos em duas perspectivas: (1) Segundo Hall e Ikenberry, “a tarefa que os países do Terceiro Mundo enfrentam é a construção nacional. Uma presença de Estado mais forte é necessário por razões de segurança, para estabelecer a ordem e para criar o material humano adequado sem o qual a modernização é impossível” (1989: 26); mas, (2) para Eisenstadt, nos “... processos de descolonização e de estabelecimento de numerosos novos Estados na Ásia e em África, os Estados configuravam-se de acordo com dois modelos, de tipo «Ocidental», e o outro de tipo revolucionário (comunista),...” (2011: 234).

Finalmente, se a criação do Estado está muito ligado aos acontecimentos do sistema internacional, faltará compreendermos o porquê de certas características coloniais perdurarem no atual Estado angolano. Para conseguirmos atingir o pretendido, orientar-nos-emos a partir da ideia de Anderson, que os Estados pós-coloniais “entraram na era da reprodução mecânica” (1991: 221). É por intermédio destas ferramentas agrupadas num único mecanismo que pretendemos orientar todo o pressuposto basilar das interrogações que foram feitas antes de começarmos a elaborar esta tese de mestrado.

1. Filhos da Rainha Ginga?

Nos últimos anos tem-se vivido o ressurgimento do mito da rainha Ginga como a força que está por detrás da construção da nação angolana e da sua respetiva identidade cultural. É-nos interessante perceber que esta narrativa que visa legitimar a Nação angolana e a sua identidade não corresponde aos verdadeiros fatos históricos e socio-antropológicos da construção da nação. Mas o verídico fundamento da nação angolana não respeita nenhum critério interno das origens tribais; contudo, a nação angolana é fruto da força imperial portuguesa.

Neste capítulo, o arauto da dialética balizar-se-á nos pressupostos do imperialismo português e nos processos históricos que estão na base da construção da nação, da identidade e do nacionalismo angolano.

1.1. Nação intencional: os critérios políticos da construção de unidade nacional

A introdução do estudo sobre nações de criações intencionais é-nos fundamental para nos debruçarmos sobre o processo de nações pós-coloniais nas antigas colónias europeias, em especial em Angola. Porque é que entendemos que a Nação angolana é uma nação intencional? Porque no processo de construção nacional do território angolano, não estiveram presentes forças locais, mas sim um conjunto de interesses internacionais dos actores políticos europeus. Isto não está intrinsecamente ligado às descobertas marítimas do século XIV e XV, mas a um período específico da história europeia, e que tem a ver com o imperialismo nos séculos XIX e XX. A dominação do Atlântico, especialmente nos últimos dois séculos, significava também a dominação de África porque, ao contrário do continente Americano, ainda não se tinham construído Estados nacionais e nacionalismos coesos que pudessem ser um elemento desafiador do novo expansionismo europeu. A questão africana foi decidida entre as potências europeias dentro dos seus concertos de interesses.

Foi o facto de os povos africanos não conseguirem a sua autonomia política, nem terem construído um ideal existencial que justificasse a sua plenitude enquanto Homens e cidadãos, que facilitou a tarefa dos europeus na sua divisão e ocupação. Contudo, a reconversão cultural dos povos africanos teve como base a desvalorização de todo o seu historial e a sobrevalorização do que se entendia ser o tipo ideal de ordem

humana pelos ocupantes. A negação do que era genuinamente africano pode ser encontrada na expressão de Norton de Matos na sua observação sobre o que encontrou na sociedade colonial, de que “o indígena só renasceria para a nova vida [...] quando a sua língua fosse o português e a sua instrução crescesse paralelamente à dos nossos filhos” (cit. Patrícia Ferraz de Matos, 2006: 61).

Esta alusão à educação que Norton de Matos faz, tem o propósito de retirar o Negro da sua cultura, esvaziando-o de todos os códigos culturais ancestrais, para incorporar o modelo cultural Europeu. O que aparentemente poderá ter significado a introdução do novo poder, traduziu na verdade outra realidade: os europeus não conseguiriam implantar o seu poder político, económico e social sem esvaziar culturalmente os Negros. As consequências que esta assimilação forçada teve no seio dos africanos foi a descredibilização de tudo o que se pode considerar como genuinamente africano, desde a própria cor da pele, que ficou conectada como algo que é inferior, *‘da qual não se pode esperar nada de bom’*. Antropologicamente, esta tendência ainda é visível na actual sociedade angolana, em que os negros não valorizam como bom o empreendimento que tem como mentor um angolano negro.

Esta carga poder-se-á notar numa expressão muito comum em Angola, *‘tinha que ser o preto’*, que denota bem o quão profundo foi a carga simbólica que as políticas de colonização efectuaram; ou ainda *‘no tempo do senhor branco não era assim’*. Estas expressões poder-nos-ão dar exemplos da forma como os negros deixaram de acreditar em si mesmos. Como este caso que aqui assinalo, se formos fazer um levantamento social e a forma como o funcionamento social está estruturado em Angola, poderíamos encontrar ainda muitas surpresas. Uma das que ainda é visível e de senso comum é a distribuição das ocupações dentro das organizações, onde a clareza da raça ou a aproximação à cultura europeia é muita das vezes justificação do posicionamento. Tal realidade necessitaria de um estudo científico mais profundo dentro das organizações; a falta de estudos estatísticos não possibilitaram a este autor tirar conclusões mais precisas sobre esta percepção geral dentro da sociedade. Mas se olharmos para o historial da estruturação do Estado angolano, notaremos que os mulatos sempre dominaram o ministério da Defesa, o que pode assinalar alguma fragilidade da tão formalizada unidade nacional, que até poderá ser um possível indicador da fragilidade da unidade racial de Angola. Ainda não se podem tirar conclusões sobre esta matéria, mas a verdade é que a unidade racial angolana é muito prematura para se poder retirar

padrões ou tendências gerais. Mesmo que os portugueses não formassem intencionalmente uma elite crioula em Angola, a verdade é que a pele e a cultura enquanto indicador de estratificação social foi uma prática comum no período colonial em África¹. No caso português, esta prática social de estratificação é-nos esclarecida segundo a expressão de Norton de Matos:

[...] «a grande massa dos pretos, quási completamente fechados pelas trevas de civilizações primitivas»; «um número limitado de pretos e mestiços, com uma rudimentar instrução, que apenas servia para os tirar da sua civilização, sem os introduzir na nossa, e para formar homens sem carácter»; e «um grupo cada vez maior, também de mestiços, dignos de tóda a nossa consideração e elevando-se, graças quási exclusivamente ao seu esforço e vencendo mal entendidas oposições, ao nível da nossa civilização”. (cit. Patrícia Ferraz, 2006: 61)

A excepcionalidade do colonialismo português em relação aos outros colonizadores europeus, quanto à formação dos territórios ultramarinos, foi a não necessidade de formar uma elite local para defender os seus interesses. A cultura política de centralização do poder foi a tábua rasa de todas as possessões administrativas e colonialistas de Portugal. Isto é, quem era o decisor político de todas as questões políticas da metrópole ou das colónias, era quem controlasse o aparelho do Estado em Lisboa². Numa observação macro, a ausência de uma cultura política democrática na metrópole espelhou-se em todas as possessões ultramarinas que tiveram que subordinar o seu destino ao destino da metrópole. Como Portugal não era um país com cultura democrática dentro das potências colonizadoras em África, nunca teve que escrutinar socialmente as suas decisões dentro da metrópole, nem as colónias tiveram autonomia suficiente para fazerem o seu próprio percurso. Este poder centralizado na figura do imaginário imperial de Portugal, mais a cultura política ditatorial, foram factores fulcrais da unidade da colónia angolana.

A verdade é que ao longo da colonização, a rígida estrutura de governação foi acompanhada com a polarização da estratificação social. Se Norton de Matos dividiu a

¹ Quando afirmamos que a colonização portuguesa não criou formalmente uma elite local, estamos a comparar com o caso Belga no Ruanda. Neste país os Belgas apoiaram-se numa elite local, os Tutsi, para controlar uma outra etnia, os Hútus, e as consequências desta política foi bem visível no genocídio que este país viveu. Caso que as colónias portuguesas na sua generalidade não experimentaram, porque a estrutura de centralização política da metrópole foi factor crucial para centralizar toda a política num único eixo.

² Mesmo no período da I República, a suavização do controlo de Lisboa sobre as colónias não foi total, porque Lisboa continuava a controlar e a dominar o universo simbólico, militar e político. O Governador tinha, em rigor, um poder semiautónoma porque as suas políticas estavam sempre subordinadas aos interesses da metrópole.

sociedade em três estratos, Luandino Vieira apresentar-nos-á uma nova realidade sobre a Angola colonial do seu tempo. Para Vieira, a realidade social estava compartimentada em dois estratos, e estes dois mundos coabitavam próximo um do outro. Também refere que estes dois mundos eram separados pela simbólica “fronteira de asfalto” (cit. Prisca Augustoni e Anderson Luiz Viana, 2010: 190), onde a oposição vai recair na sobrevalorização da moral civilizacional europeia, em contraposição da desvalorização da moral civilizacional africana. Foi neste preciso momento na história colonial, quando no seu desenvolvimento criaram-se dois campos opostos, que foram fomentadas as condições para a reivindicação de uma cultura e do estatuto de cidadania.

A afirmação de uma identidade surge nas sociedades coloniais no geral, e principalmente em Angola, quando aquele segmento da população que possui características dos dois polos cria um meio-termo para fundamentar um ideal imaginário de identidade cultural, ao mesmo que quer tomar aspetos de participação política, não na tomada de decisões, mas como poder político-social. Mas fica por se saber como foi possível esta tomada de consciência sobre este segmento da sociedade colonial angolana. A resposta mais próxima desta interrogação surge-nos no estudo de Manuel Jorge, quando afirma que “Quando, nos anos 1940, os jovens intelectuais angolanos lançam a palavra de ordem: ‘Vamos descobrir Angola’, (...)” (2006: 4), em que os fundamentos assentam na reconstrução da identidade de Angola e na descoberta, não do passado, mas de uma suposta identidade sociocultural de Angola. Não na ordem de voltar a um passado longínquo, já que isso implicaria o desmembramento territorial e a destruição da própria nação, mas na reconstrução de uma nova identidade e não propriamente ao retorno às estruturas tribais pré-coloniais.

Se o poema de Agostinho Neto, muito popularizado entre os angolanos, “Havemos de voltar” (2011: 21), foi uma exaltação das virtudes africanas, numa análise criteriosa não menciona voltar às suas estruturas anteriores ao colonialismo. Mas sim, em que os angolanos tomam posse da sua terra e da sua condição enquanto homem liberto das opressões. Em rigor, os modelos ideológicos adotados pelos jovens intelectuais angolanos aproxima-se mais dos quadros simbólicos Ocidentais do que propriamente dos significados culturais africanos. Segundo George Balandier, citado por Daniel de Oliveira Cunha:

“[...] a *retomada da iniciativa* não é o mero retorno aos valores culturais pré-coloniais, mas é a transformação da consciência coletiva que faz o trajecto, pela acção revolucionária, da ordem antiga para a ordem do devir.” (2011: 330)

Deste modo, a análise de Daniel de Oliveira Cunha assegurar-nos-á de que o que se pode verificar no processo de colonização e na emergência da identidade angolana são “relações de contrariedade” (2011: 329). O que não é de estranhar, porque ao mesmo tempo em que os portugueses implantaram o seu modelo, fazendo com que os negros abandonassem os seus códigos ancestrais, acidentalmente estavam a criar uma nova cultura. A qual não seria totalmente africana, nem totalmente europeia. O “vazio social” de que Polanyi nos fala não pode ser absorvido na sua forma total.

Poder-se-á assumir como verdade que os portugueses tiveram que destruir os traços africanos da sociedade angolana, mas será que os angolanos enquanto indivíduos esvaziaram-se totalmente ao ponto de reescrevem a sua história? Num certo ponto sim, os angolanos reescreveram a sua história, mas os seus códigos ancestrais foram reconfigurados para se adaptarem à nova realidade. Mas tendo a concordar com Polanyi quando olho para a sociedade angolana, porque o poder simbólico e material dos portugueses levou a que os negros abandonassem as suas anteriores formas de vida e cultura, e se aproximassem cada vez mais do que era ‘civilizado’ no aspecto europeu. Na sociedade angolana da actualidade, vemos que o negro urbanizado tende a desprezar as características africanas que ainda subsistem na sociedade (como as línguas nacionais e o vestir tradicional), ao mesmo tempo que as tribos estão num processo de desuso porque não há quem queira dar continuidade, porque a vida da cidade é mais atrativa. A expressão ‘matumbo’³ é o indicador social mais próximo que revela essa passagem, e ao mesmo tempo divisão, do que é civilizado e bom, e do que é atrasado e mau.

Todos os traços que estivemos aqui a analisar encaminhar-nos-ão para a conclusão de que o domínio do Atlântico por parte da cultura Ocidental foi importante no desenvolvimento das nações africanas Ocidentais. Tiveram como consequência o abandono quase total das referências africanas na manutenção das nações no período pós-colonial, e a maior aproximação aos quadros simbólicos dos colonizadores, em vez

³ ‘Matumbo’: expressão idiomática depreciativa, que tem como objectivo identificar alguém que é tido como ‘menos desenvolvido’ em termos civilizacionais, tendo como base certos padrões ocidentais subjectivos. Tal expressão pretende ainda diferenciar alguém que não se ‘desenvolveu’ para além de valores culturais tradicionais e/ ou tribais (tidos como antiquados, limitados e incivilizados), de outro que soube adaptar-se à civilização, ‘crescendo’ assim como pessoa na sociedade.

de uma destruição de tudo e de um voltar a uma sociedade africana pré-colonial. Deste modo, as tendências pan-africanistas não encontraram receptores na parte Ocidental de África, nem na colónia Angola, porque no fundo as elites locais que se formaram eram mais pró-Ocidental do que africana devido à sua educação e aos seus valores. Se esta tendência permanecer na sociedade angolana, as consequências serão o abandono de todos os modos de vivência cultural e social africana. Porque a manutenção da própria nação só seria possível se o abandono da cultura africana for total ou parcial; caso se dê uma valorização da cultura africana ou da raça, o que pode acontecer é o desmembramento territorial em múltiplas etnias e raças.

Mesmo a defesa de uma raiz Bantu para justificar a unidade dos povos de Angola, no fundo é uma falsa questão. Se tivermos como análise de argumento lógico o caso da Europa de matriz latim, não foi a raiz o factor de unidade nacional, mas sim a violência política e a desnaturalização cultural. Caminho este que as elites africanas pós-coloniais estão a trilhar para manter o quadro fronteiriço e cultural, e para manter o legado herdado. A longo prazo, as consequências e a manutenção das línguas coloniais como língua oficial vão ser um progressivo abandono do africanismo como base de coesão nacional. Não querendo fazer futurologia, há uma questão primordial que pouco tem sido retratada nos debates da vida pública, quer internacional ou nacional, sobre a oficialização das línguas coloniais nas ex-colónias, principalmente em Angola na sua afirmação de uma identidade cultural e política de *Angolanidade* - a afirmação da língua como sua e não como sendo especificamente do acto de colonização. Este aspecto poderá vir a existir como existiu na Europa. O português é uma língua de raiz latina, mas autonomizou-se em relação ao latim erudito, caso que poderá vir um dia a acontecer com as ex-colónias, já que o português está a sofrer alterações para incorporar aspectos africanizados da sociedade.

1.2. O surgimento dos nacionalismos em Angola

Um dos temas centrais das análises sociais é a demarcação das fronteiras entre o nacionalismo e a nação, principalmente no que diz respeito a perceber quem antecede ao outro. Na verdade, um não pode existir sem o outro, e ambos complementam-se na sua forma real na sociedade e na política. Mas a nossa questão é saber quando é que o nacionalismo começou a ser uma força social em Angola? Será que houve uma

consciência que justificou o surgimento do nacionalismo? E por último, saber se este nacionalismo foi uma acção espontânea ou intencional?

No caso de Angola o nacionalismo surge claramente posterior à nação, já que o quadro administrativo colonial tinha estabelecido as fronteiras e a unidade interterritorial. Facto que os nacionalistas não tiveram que conquistar nem construir, mas apenas apoderarem-se do que já existia. A única excepção foi o nacionalismo Bacongo de Holden Roberto, que pela sua visão pan-africanista mobilizou a carga ideológica do seu nacionalismo na reconstrução do reino. Por este meio, poderemos com algum rigor afirmar que o nacionalismo em Angola começou justamente no momento em que a ideia de nação estava consolidada, e todos os órgãos de controlo da vida social estavam em funcionamento. A ideia de “uma comunidade imaginada” (2005: 25) de Anderson, no contexto do imperialismo português transformou a própria vida social dos angolanos, que passaram a pertencer a um quadro de referências restrito que era a formação tribal pré-colonial, para uma constatação existencial mais lata.

A alteração do espaço social e o seu desenvolvimento em estratos fechados com fundamentos morais definidos, originou certos modos de segregação que ao longo do seu desenvolvimento foi criando antagonismos entre os dois grupos. Se Marx na sua observação analisa que o desenvolvimento histórico teve como premissa a luta de grupos antagónicos, no caso angolano a realidade colonial não fugiu a esta regra. Quando os negros começaram a perceber da sua força social e económica, começaram a reivindicar, não só os seus direitos, mas o seu estatuto como cidadãos e o reconhecimento da sua Humanidade⁴. Mas, se Marx via somente na economia o factor de conflito, no contexto africano no geral e Angola especificamente, os factores económicos e raciais foram mecanismos que proporcionaram o desenvolvimento

⁴ Convém esclarecermos o porquê de termos feito a distinção entre direito e estatuto, e Humanidade. O direito e o estatuto de cidadão podem existir no estado num dado momento, mas a sua aplicação na realidade pode ser contraditória. No caso de Angola, os negros tinham direitos que regulamentavam a sua vida social, mas isto não implicava que possuíssem a plenitude da sua cidadania. Como em qualquer regime ditatorial, os direitos da vida pública não foram retirados porque o direito permanece, mas podem-se-lhes diminuir os critérios de justiça. Já a cidadania é o inimigo do ditador, porque atribuir o estatuto de cidadania é atribuir a liberdade de escolha e participação política. Como podemos notar, a história de Angola colonial estava fechada na elite colonizadora e, logo a seguir, na população europeia. Os angolanos estavam excluídos de toda a vida política. Quanto ao reconhecimento da humanidade, questão nobre de todos os debates políticos e filosóficos, é o reconhecimento da moral e da vontade do Homem existir enquanto ser possuidor de uma vida e dono da sua vontade, razão pela qual os angolanos queriam esse mesmo reconhecimento.

histórico das lutas entre as classes e o estrato⁵. Só quando as massas de negros sentiram-se excluídas dos benefícios socioeconómicos que produziram, e as elites locais sentiram os seus espaços a serem ocupados por outros, se reuniram todas as condições para o surgimento do nacionalismo angolano.

Foi a partir dos aspectos anunciados anteriormente que as elites locais mobilizaram os negros para a sua causa. A consciência da sua condição na sociedade não foi resultado das condições objectivas das massas populares africanas, mas antes das aspirações das elites, porque são estas que reúnem condições intelectuais e ideológicas para reivindicar. As massas, pela sua condição existencial e a proximidade da sua realidade, lutam quanto muito pela sua sobrevivência. As elites, pelo seu controlo cultural e político, interpretam as dores das camadas mais baixas como se fossem suas, e a luta contra a opressão como aspiração de todos os que sofrem com a mesma. Podemos analisar o romance do escritor angolano Luandino Vieira, “A vida verdadeira de Domingos Xavier”, referenciado por Venâncio (2005: 94-105), a história de um operário negro que trabalha na construção civil, que é preso na obra da barragem de Kambamde e que acaba por morrer no posto administrativo do musseque do Sambizanca. Por detrás desta novela estão as bases da consciencialização de um drama social que o destino colonial traçou para todos os africanos. Sentido literário que Agostinho Neto também não deixou de louvar na sua reconquista do espaço e da dor africana na Angola colonial. No seu poema “Sábado nos musseques”, enaltece a nobreza das gentes que vivem nos bairros que estão separados da civilização que se concentra na cidade. Segundo ele, “Os musseques são bairros humildes de gente humilde” (2011: 48), contrapondo com a possível ideia de que do outro lado vivem aqueles que, pela sua natureza, são exploradores, imorais ou que não conseguiram atingir a Humanidade.

Em resumo, a consciencialização do nacionalismo e dos nacionalistas em Angola tiveram dois propósitos: (1) monopolizar para a sua causa a dor das massas africanas; e (2) controlar a história para justificar a sua causa. Mas mesmo assim, não

⁵ Neste ponto faço a separação entre classe e estratos, porque em rigor não foram só os factores económicos que deram origem às rebeliões, mas também a usurpação do posicionamento social foi motivo de descontentamento. Como rebeliões relacionadas com factores económicos podemos identificar as do 4 de Fevereiro ou a revolta da Baixa de Cassanje. A luta de estratos dá-se dentro das estruturas sociais, e é de difícil controlo porque são elites que geralmente vêm a sua posição ameaçada. Este facto foi identificado por Douglas Wheeler, que refere que “o preconceito racial manifestava-se de modo mais aberto à medida que chegavam mais europeus a Angola, e que os assimilados se confrontavam com uma onda crescente de antagonismos sociais e conflitos raciais.” (2011: 153).

podemos falar de uma generalização do nacionalismo angolano para todo o território, porque na nossa análise estamos a cingir aos aspectos mais ligados ao nacionalismo que se desenvolveu nos centros urbanos. Porque o nacionalismo dos Bacongos não teve as mesmas características assinaladas nos parágrafos anteriores, nem procurou monopolizar o sofrimento dos camponeses africanos. Antes, aproveitou-se dele para apresentar uma saída. Como assinala René Pélissier, em Angola houve duas correntes de nacionalismo que estavam divididas entre “os modernistas, claramente sujeitos a uma influência marxista; e os etnonacionalistas, que eram muito mais poderosos, pois possuíam uma base tribal, limitada mas segura, no antigo Reino do Congo” (2011: 235).

Esta divisão poderá comprometer possíveis interpretações/análises sobre a consciência do nacionalismo dos povos, mas na verdade houve uma consciência que, devido às suas características, não foi universal. E além do mais, a consciência é uma subjectividade que pode surgir num grupo restrito ou numa determinada região geográfica. A consciência nacional só surge quando o Estado, pela força da sua violência, conseguir mobilizar a sociedade civil dentro da sua ‘cultura política’. Por isso não é de estranhar que na génese do nacionalismo angolano surgissem fragmentações, porque eram grupos que estavam à procura de cimentar as suas bases na sociedade civil, e a procurarem militantes e simpatizantes para sua ‘causa’. Logo, podemos deduzir que com uma consciência partidarizada, mais facilmente podiam direccionar a sua luta contra o outro grupo. E assim assistiu-se explicitamente ao antagonismo entre essas consciências partidarizadas que, inevitavelmente, objectivou o surgimento da guerra civil entre os angolanos após a independência. Como cita Alexandre Marques sobre a recomendação de um relatório da CCPA (Comissão Coordenadora do Programa [do MFA] para Angola), “«A falta de uma consciência nacional e a radicalização partidária» faziam prever a continuação dos confrontos” (2013: 291) pós-independência.

Contudo, o surgimento da guerra civil e a consciência partidária só por si não nos podem dizer tudo quanto à sua concretização na vida social dos angolanos. Para que seja real a consciência partidária, tem que manifestar-se perante a sociedade, e acima de tudo tem que apresentar simpatizantes e militantes um programa político e um quadro ideológico que desafiem o poder vigente. O ‘4 de Fevereiro’ e a ‘Revolta de Cassanje’ são indicadores que nos poderão esclarecer alguma coisa sobre o que tentamos descortinar sobre a acção dos nacionalistas. De facto, a boa intenção dos revoltosos do ‘4 de Fevereiro’ não significou uma acção concertada contra o poder colonial, porque

não estava intrinsecamente ligada aos movimentos nacionalistas já existentes. O que houve foi um aproveitamento de ambos os grupos, MPLA e UPA, para mostrar internacionalmente a sua força dentro da sociedade angolana. Como podemos observar nos dados históricos, há uma evidente fragmentação de centros de decisão, e não existe coordenação dos vários elementos que compunham o grupo revoltoso. Se não fosse a coincidência da revolta dar-se justamente no momento em que Portugal estava sob pressão internacional por causa do assalto ao paquete Santa Maria, que tinha como possível destino Angola, onde muitos jornalistas estrangeiros já estavam à espera, talvez não se teria comentado internacionalmente o caso. E deste modo, nem o MPLA ou a UPA lutariam pela apropriação do facto.

Quanto à revolta da Baixa de Cassanje, com alguma certeza poderemos afirmar que foi uma acção intencional. Porque a UPA assumiu que a revolta tinha sido fomentada pelos seus militantes, mas a verdade é que a proporção de violência quase comprometeu no exterior a organização de Holden Roberto. Segundo o mesmo, aquando da ocorrência encontrava-se nos Estados Unidos da América, e assim procurou dissociar os acontecimentos perpetrados, dizendo que não era da autoria da UPA. Mas a verdade é que esta acção tinha sido mesmo planeada pela UPA, embora os acontecimentos tivessem fugido do seu controlo, o que mostra a imaturidade organizativa do movimento nacionalista nos seus primeiros anos. Segundo Joaquim Pinto de Andrade relatando este acontecimento dizia que:

os acontecimentos devem ter ultrapassado a chefia na sua violência, porque ouvi o Holden Roberto a falar na *Voz da América* dizendo mesmo: - *Por favor, parem com isso, isso não pode ser, nós não temos nada que ver com isso.* Porque devia estar a pensar, - *Mas que bárbaros são estes!* (cit. Dalila Mateus & Álvaro Mateus, 2011: 143)

Como vimos ao longo deste ponto, as características que procuramos compreender sobre o surgimento do nacionalismo existiram, em maior ou menor frequência, em Angola. Mas a falta de coerência sobre as motivações do surgimento, da consciência sobre a realidade, e do objectivo concreto da acção, levou e demonstrou que os nacionalistas angolanos não conseguiriam triunfar sem apoio internacional. Porque as organizações eram tão frágeis, e as massas populares tão heterogéneas, que as elites de ambas as correntes nacionalistas tinham dificuldade em controlá-las. E, dificultando

mais a vida dos movimentos nacionalistas, havia falta de comunicação e difusão, o que mostra a concentração das suas estratégias em pontos específicos.

Se a estratégia dos movimentos não passasse pelo palco internacional, as suas vidas estariam destinados a meros bandos violentos, sem organização e sem futuro. Porque se há coisa que a realidade internacional do século XX mostrou, foi a capacidade de opositores jogarem dentro do palco internacional como actores políticos, que visam resistir pela violência a violência exercida pelos Estados nacionais. Foi na luta de guerrilha internacional, que as elites angolanas souberam tirar o seu maior benefício e colmatar a sua falta de força interna. Tanto a UPA, que mais tarde veio a ser a FNLA, como o MPLA, que foi a união de várias correntes partidárias, como a UNITA, que foi formada por um dissidente da UPA, todos sem excepção, procuraram consolidar a sua força junto das potências internacionais e regionais para conquistarem a legitimidade da sua luta, e posteriormente reconhecerem o seu poder como o único capaz de continuar a governar e controlar o Estado. Na verdade, a guerra de guerrilha em Angola foi mais um círculo de distração, para as elites nacionalistas encontrarem simpatizantes e militantes, ao mesmo tempo que organizariam bases para implantação. A sua verdadeira guerra foi na procura de aliados internacionais, para financiarem a sua causa e ajudarem a tomar o poder, e na confrontação directa com o Governo de Lisboa.

1.3. A legitimidade das elites nacionalistas em Angola e no sistema internacional

A segunda metade do século XX foi um verdadeiro teste de mudanças fundamentais na arena internacional, como se os Estados nacionais perdessem a sua importância face aos acontecimentos que estavam a desenrolar-se por todos os cantos do mundo. A fragmentação de acontecimentos e a própria fragilidade da Europa, e a emergência de duas potências que geograficamente estavam fora do palco Europeu Ocidental, mostrou bem que os antigos concertos entre estados europeus para controlar o mundo tinha chegado ao fim. Toda esta mudança foi fruto de duas Guerras Mundiais que tiveram como epicentro a Europa e o seu sistema imperial, e entre elas estavam as potências colonizadoras (com excepção de Portugal, que não entrou na II Guerra Mundial) de África. Após o conflito e a generalização do regime democrático, as potências colonizadoras tiveram que conviver com a sociedade civil que acautelava os impulsos violentos dos próprios Estados. Desta nova tendência resultou que a sociedade civil procurava concretizar os seus interesses dentro de um quadro de maior escrutínio

das decisões das políticas nacionais, e os Estados tiveram que acomodar o seu orgulho aos desígnios das vontades da sociedade.

Foi neste contexto que as colónias africanas procuraram desprender-se dos seus antigos opressores, utilizando como arma de força a ‘guerrilha internacional’, apropriando-se de conceitos ideológicos de que os próprios europeus tinham lutado anos antes: liberdade, igualdade e, acima de tudo a autodeterminação. A apropriação das elites africanas a esta abordagem não é de admirar, porque o próprio contacto cultural produzido do contacto colonial e da abertura mundial, facilitou a tarefa das elites locais africanas, que não tiveram que formular ideologias, mas antes utilizar as já existentes para justificar a sua causa a nível internacional, principalmente aos que estavam no lado do Atlântico. Segundo nos demonstra Fage, isto acontece devido a:

(...) os africanos ocidentais terem adquirido uma habilidade política considerável para negociar com os europeus, em virtude do seu longo contacto e de assimilação cada vez maior da educação formal europeia. Um dos primeiros sinais disto, na forma moderna, foi a criação de associações políticas destinadas a defender os direitos dos africanos perante a intromissão europeia, e em especial os direitos dos africanos sobre a terra. (2013: 412)

Em Angola, o tipo de reivindicações sobre a liberdade e a terra fazem parte do próprio crescimento da elite local. Como se poderá notar na expressão de Afonso Baptista Franque em 1924, “O que nós queremos é que os nossos direitos sejam respeitados” (cit. Wheeler, 2011:182). As várias associações que se foram formando no final do século XIX e princípio do século XX tinham como fito a defesa dos direitos, mas não propriamente o direito de se tornarem donos da sua própria terra e do seu próprio destino enquanto nação independente. O que foi realmente revolucionário na abordagem da elite mais jovem da década de 1960’ que conduziu Angola à independência, foi a ambição de possuírem a sua terra. Claro que a legitimidade da terra e a conquista do espaço não era um factor de força para um levantamento nacional contra a ocupação portuguesa. Porque bem vistas as coisas, a legitimidade sobre a terra era maior para os portugueses porque controlavam todos os mecanismos administrativos e a violência estatal. E em rigor, um reconhecimento da terra implicaria o reconhecimento étnico do território e, logo, a fragmentação territorial, porque logicamente cada etnia tinha o direito à liberdade da sua terra. Assim, os movimentos nacionalistas em Angola cedo se depararam com o problema da diversidade étnica e

racial. Talvez tenha sido a diversidade étnica, e não a racial, o maior obstáculo para os nacionalistas concretizarem e mobilizarem as massas populares para a sua causa.

A elasticidade do sistema internacional saído da Segunda Guerra Mundial encaixava bem aos propósitos das elites angolanas e africanas no geral. Como observou Kennedy, o nacionalismo “é o factor internacional mais importante na segunda metade do séc. XX”, e que os Estado Unidos da América não deveriam patrocinar o “*status quo* desigual” do colonialismo (cit. Schneidman, 2005: 44). Quando ambas as potências apelam internacionalmente a sua intensão de recriminar todos os tipos de opressão, um devido à sua filosofia liberal, e outro devido ao seu universalismo marxista-leninista, as potências colonizadoras, e em particular Portugal, pela fragilidade em que se encontravam, tiveram que conviver com o seu modelo antiquado segundo as novas concepções internacionais, levando a que o protagonismo dos movimentos de libertação tivessem uma maior réplica do que propriamente o interesse do Estado colonizador. Todos estes acontecimentos internacionais e a consciencialização da elite angolana sobre as potencialidades que poderiam ajudá-las na sua causa, fizeram com que estas tirassem o melhor proveito não tanto no seu território, mas dentro do sistema internacional.

No caso angolano, as elites nacionalistas, ao enquadrarem os seus interesses com as correntes internacionais, obviamente desnaturalizaram todo o seu conteúdo africanista enquanto movimento de libertação. Isto aconteceu de forma tão determinante, que até o único movimento nacional que proclamava a sua africanidade, a UPA, alterou o seu programa para ser aceite internacionalmente. Como é evidente na declaração de Joaquim Pinto de Andrade, “Holden sonhou, até certa altura, com a restauração do império do Congo. Mudou para o nacionalismo [...] e passou a acreditar no campesinato como a grande força revolucionária.” (cit. Antunes, 2013: 92). Porque, e como poderemos comprovar na observação de Fage, “os movimentos nacionalistas africanos surgiram e conseguiram atingir os seus objectivos [por terem sido] particularmente influenciados pelas ideologias internacionais que criticavam o sistema colonial, ou que podiam ser utilizadas para o criticar” (2013: 492).

Depois destas evidências, os nacionalistas só tiveram que procurar quem apadrinhasse a sua causa, e isto justificaria o seu discurso para enquadrar os seus objectivos nacionais com os padrões de aliança internacional. Muitas das vezes, a disputa internacional das potências obrigava a que as elites funcionassem como grupo

de pressão e ao mesmo tempo de contenção internacional. E poderemos notar isso numa conversa que Holden Roberto teve com Kennedy em 1959, em que ambos concordavam “que era preciso fazer alguma coisa para evitar que os comunistas tomassem conta do movimento de libertação de Angola” (cit. Antunes, 2013: 52). Ao mesmo tempo que se dava a luta por parte das elites nacionalistas de encontrar alianças, elas ameaçavam que o abandono por parte de uma das potências justificaria a viragem para outra. Foi neste jogo de alianças que as elites nacionalistas angolanas levaram a Guerra Fria para Angola.

Em resumo, os acontecimentos internacionais e a persistência de Portugal manter as suas colónias em África, levou a que as influências internacionais que criticavam o colonialismo chegassem em Angola por intermédio das elites nacionalistas. Com a falta de perspicácia política de Salazar e do seu regime, com os acontecimentos internacionais que abalaram os alicerces da própria ditadura, e com o caso do paquete Santa Maria, foi criado um vazio da legitimidade internacional do regime, que proporcionou às elites angolanas tirar o seu proveito. Enquanto Portugal gastava toda a sua energia em manter o controlo das colónias combatendo a guerra subversiva dos movimentos nacionais, as elites nacionalistas procuravam combater diretamente o Estado português na arena internacional. O que nos leva a deduzir que a guerra colonial em Angola foi mais um meio de captar a atenção internacional por parte das elites angolanas, mas que a verdadeira guerra anticolonial foi justamente onde o Estado português deveria estar melhor representado - no sistema internacional. As antigas alianças europeias poderiam ajudar, e ajudaram, logisticamente Portugal, mas não ajudaram no que era importante num estado de guerra: no reconhecimento da causa e na legitimidade da mesma.

Isto levou a que as elites angolanas, e não só, atingissem o seu alvo numa guerra de guerrilha como a que foi na África portuguesa, com o prolongamento e o desgaste de recursos dos portugueses e do moral nacional. Que só veio aumentar o descontentamento da sociedade portuguesa face ao regime, bem como desorganizar o exército com a introdução do Partido Comunista Português em certos sectores da estrutura militar. Por outro lado, no sistema internacional também existiam países que estavam a favor do esforço português nas suas colónias, porque era um meio de impedir a propagação do comunismo. Este efeito é notório nas palavras de Leonel Cardoso, em que a Alemanha Ocidental estava pronta a ajudar Portugal, mesmo que isso justificasse

violar as sanções internacionais, e que o exército português tinha conseguido vencer em Angola.

Este quadro assinalado por Leonel Cardoso, na sua forma original e verdadeiro, mostra o universo redutor dos acontecimentos. Os nacionalistas angolanos ganharam justamente onde a força bélica não conseguiu chegar, e onde as armas dificilmente conseguem atingir os seus verdadeiros alvos. Se, e só se, as elites e os seus respectivos movimentos perderam a guerra bélica, ganharam por sua vez a guerra política e social. Mesmo no aspecto social, a vitória dos nacionalistas angolanos foi dupla. Porque conseguiram mobilizar tanto as massas sociais dentro da colónia como na própria metrópole, que começaram a ser contra a guerra nas colónias. Daí falarmos que a observação de Cardoso era redutora, não tendo levado em conta outros universos em que a guerra se pode fazer.

Assim, a legitimidade dos nacionalistas angolanos ocorreu em dois contextos, nacional e internacional, sendo que no internacional foi onde encontraram a maior força. Porque apropriaram-se de correntes universalistas e anticolonialistas, enquanto Portugal permanecia na sua premissa histórica e civilizacional. Devido às estruturas fechadas da ditadura, o regime de Salazar não tiveram força suficiente para mudar o seu paradigma para enfrentar internacionalmente os dois novos paradigmas. Deste modo, o marxismo internacional e o liberalismo messiânico mais os nacionalistas derrubaram o império português secular. A vitória nacionalista coube mais à sua abordagem internacional do que propriamente à força armada no terreno.

1.4. O colonialismo e o nacionalismo como força de coesão nacional e emancipação

Todos os povos procuram sempre realizar os seus desígnios enquanto nação livre e distinta das outras. Mas nem sempre as histórias das nações em África sobre a liberdade do jugo colonial significaram o reconhecimento nacional da sua identidade cultural nacional. Isso aconteceu porque o Estado que representava a cultura política nacional, ao desaparecer do quadro da vida nacional, deixou um vazio que muitas vezes as elites nacionalistas não souberam preencher e dar continuidade. Esta falta de continuidade pode ter surgido possivelmente porque, numa fase mais avançada do radicalismo da luta de libertação, os nacionalistas africanos tentaram destruir todos os símbolos de poder do anterior regime. Mas nem todos procederam da mesma maneira,

porque o facto de existirem dois movimentos nas hostes nacionalistas, não determinou significados universais do nacionalismo africano. Esta tendência notou-se mais nos territórios portugueses, em que o pan-africanismo não foi a palavra de ordem para destruir o sistema colonial. Mas antes, como a maioria dos nacionalistas das colónias era culturalmente ocidental, houve uma continuação das estruturas fundamentais do funcionamento administrativo, até porque também era vantajoso manter o mesmo sistema.

No caso do Ruanda ou da República Democrática do Congo (antigo Zaire), as lutas étnicas e o separatismo foram fenómenos que tiveram a sua expressão quando esses mesmos povos tinham conquistado a sua emancipação face à potência colonizadora. Na verdade, o que aconteceu nas colónias portuguesas em África foi curiosamente o inverso. Com o fim do período colonial, deu-se o reforço da unidade nacional, sendo que estes países tinham os mesmos problemas que os países aqui citados tinham: diversidade etnolinguística e racial. Mas como foi possível que nas colónias portuguesas não assistíssemos ao mesmo fenómeno das colónias francófonas, ainda mais tendo em conta que geograficamente elas fazem fronteira com duas antigas colónias portuguesas? Outra coisa fica por saber: como foi possível que os próprios movimentos nacionalistas conseguissem manter a estrutura unitária do colonialismo?

Na política colonial, a estruturação das colónias esteve ligada aos objectivos políticos da metrópole. E como Portugal, dentro da tradição europeia e até à década de '70, concebeu a sua governação sobre um eixo vertical de estruturação política, muito possivelmente esta característica foi profícua nos territórios coloniais africanos. A concepção e governação colonial tiveram de subordinar e combinar a sua actuação segundo os parâmetros da metrópole. Isto fez com que Portugal não tivesse de fazer alianças étnicas ou raciais para governar a colónia, e deste modo eliminou a possibilidade do surgimento de antagonismos étnicos pós-colonização. O mesmo não se passou com o Ruanda, onde a administração colonial belga teve que apoiar-se numa etnia para controlar o aparelho administrativo colonial. As consequências foram a sobrevalorização dos Tutsis, que após a colonização mantiveram o seu poder dentro do país. Este tipo de política fez com que os segmentos que estavam excluídos da vida administrativa no período colonial olhassem os outros como seus inimigos, porque mesmo depois da colonização continuavam a ser o reflexo do colonialismo. No caso de

Angola e Moçambique, a equação administrativa era simples; quem mandava era o colonizador.

Deste modo, poderemos dizer que os maiores beneficiários da ausência de democracia em Portugal foram os africanos das antigas colónias. Com a mão de ferro do regime português, unificaram-se povos tão distintos culturalmente numa única bandeira. Para isso foi preciso uma política de destruição cultural e um esforço de assimilação com vista a desnaturalizar os negros. Como podemos constatar na afirmação de Ernesto de Vilhena:

Os negros, para se poder aperfeiçoar e melhorar as condições materiais e morais da sua vida, deverão abandonar uma grande parte do que constitui a sua própria cultura, e adoptar os valores da nossa civilização, adaptando-se, nos seus limites, a certas funções e obrigações, com o fim de demonstrar a sua aptidão e a sua capacidade, e mostrar de que tais valores podem ser necessários e profícuos para o progresso geral da comunidade de que fará parte, a partir de agora. (cit. Manuel Jorge, 2006: 4)

A assimilação, como poderemos notar, não foi parcial mas total. Não houve distinção étnica; quanto muito houve uma distinção civilizacional que motivou a ideia de superioridade, que foi a tónica de toda a estruturação da unidade nacional. Coisa que não é muito comum encontrar na história colonial africana, a centralização de todos os aspectos da vida colonial. Esta virtude do colonialismo português deve também estar ligada ao atraso industrial e económico da própria metrópole. Enquanto as outras potências procuraram retirar maior proveito das potencialidades económicas das suas colónias, Portugal geriu com o que tinha na sua capacidade imperial, a sua potencialidade política e cultural na dominação directa dos territórios ultramarinos.

Com as bases territoriais coesas e unidas, os nacionalistas angolanos não tiveram bases ideológicas suficientes para alterar o *status* colonial. A única questão que poderia seriamente separar a nação era a raça, mais do que a etnia. Mas como nos é assinalado por Hobsbawm, os nacionalistas dos países colonizados eram “tipicamente unificadores, bem como emancipadores” (2004: 162); é o que ele identificou como “internacionalismo” (ibid.: 170). Ainda dando continuidade à observação de Hobsbawm:

O internacionalismo dos líderes e do pessoal do quadro dos movimentos de libertação nacional do Terceiro Mundo é mais óbvio onde tais movimentos tiveram um papel principal na libertação dos seus países do que em países que

foram descolonizados por cima, devido à desintegração pós-colonial do que existia, ou parecia existir, em funcionamento anteriormente, já que um movimento unido do «povo» é mais dramático. (ibid.)

Este facto poder-nos-á revelar o porquê de as elites angolanas, ao formalizarem a sua causa, ideologizaram as suas organizações com conceitos como ‘movimento’, ‘frente’ e ‘união’. Em todos eles havia um claro propósito; o de manter os alicerces da nação colonial, evitando deste modo a desagregação territorial. Até a construção da chamada *angolanidade* como identidade geral, não teve outro propósito senão de reconfirmar a manutenção da nação como ela foi estruturada a partir do quadro imperial português. O que os movimentos fizeram foi manter o significado sob uma nova aparência. Estes conceitos dão-nos a ideia de que a sociedade ou a nação deve estar mobilizada segundo a ideia de um bem maior que os unificará. Como expressou Viriato da Cruz, “O intelectual colonizado, mais cedo ou mais tarde, dar-se-á conta de que não se prova a nação a partir da cultura. A Nação prova-se no combate que o povo trava contra as forças de ocupação” (cit. Manuel Jorge, 2006: 6)

Quanto à questão da raça foi facilmente ultrapassada. Como nos sugere José Carlos Venâncio:

(...) o nacionalismo que se exprimiu em português [...], os movimentos nacionalistas nas colónias portuguesas terem contado nas suas hostes com brancos, mestiços e indianos. [...] Angola e Moçambique, se localizarem numa região da África Austral, que, desde sempre, registou, entre a sua população, elevada percentagem de europeus ou seus descendentes. [...]. Assim, os movimentos nacionalistas [...] orientaram-se, desde a primeira hora da sua formação, por princípios multirraciais. (2005: 99)

Mesmo entre os intelectuais dos movimentos, principalmente os urbanos, os principais mentores eram bancos ou descendentes de europeus. Este aspecto poder-nos-á iluminar sobre o porquê de, nos movimentos de libertação, a ideia pan-africanista não ter tido receptores. Mesmo a UPA, na sua génese, era um movimento internacionalista porque tinha como objectivo unificar os Bacongos que estavam divididos em dois territórios. Mas o que a diferenciava dos outros movimentos que foram surgindo em Angola é que teve de largar as suas convicções iniciais, o pan-africanismo, e abraçar a ideia de Angola enquanto nação. O inverso aconteceu com a UNITA, que começou a ser

um partido de âmbito nacional, para passar a defender ideias pan-africanistas, propriamente, a unificação dos Bailundos.

Os mentores do MPLA⁶ souberam tirar melhor proveito sobre a questão da unidade racial. Como poderemos constatar na obra de Luandino Vieira, analisada por José Carlos Venâncio, “*A vida verdadeira de Domingos Xavier*”, aquando da notícia da morte do personagem principal, “em vez da expressão «irmãos africanos», com que iniciara o anúncio, utilizou a expressão «irmãos angolanos» (2005: 97).

Foi precisamente o enquadramento da conjugação do colonialismo e do nacionalismo que a força unitária da nação angolana não destruiu pós-independência. O Estado pós-colonial que foi um reflexo da elite que se apoderou da violência legítima, garantiu a continuidade da nação, mesmo com as interferências externas que queriam dividi-la em duas zonas. O propósito desta continuidade poder-se-á encontrar no discurso de independência de Agostinho Neto, que focou a ideia de Angola enquanto nação, “De Cabinda ao Cunene, um só povo e uma só nação” (discurso proferido no dia 11 de Novembro de 1975). Passados 39 anos desde a proclamação da independência, as fronteiras angolanas mantiveram-se inalteradas, e a cultura colonial, mesmo com as variações que lhe seguiram para incorporar componentes da cultura africana, continua a ser a força unificadora da diversidade étnica de Angola.

1.5. O comportamento das elites nacionalistas angolanas na sociedade pós-colonial

As sociedades, enquanto unidades políticas, económicas e culturais, não são estruturas de representação geral, mas antes respeitam a um quadro ideológico-governativo que é previamente definido a partir do centro do poder. Seria utopia formular qualquer espécie de determinismo histórico das massas na formação da sociedade segundo os seus interesses imediatos. As massas, como em qualquer revolução, são utilizadas como um meio para atingir determinado fim, porque a elite (cultural-política ou económica), não possui na sua formação um exército capaz para derrubar o centro. Nas revoluções tardias, como foi no caso dos territórios africanos, as

⁶ Como é sabido, historicamente o MPLA foi a junção de várias consciências políticas urbanas, na qual destacavam-se os marxistas, os democráticos e cristãos (metodistas e católicos); quanto às raças tinham negros, brancos e mulatos; em relação à etnia, tinha de quase todos os quadrantes da representação etnológica de Angola. Isso determinou o seu programa político na defesa de Angola e não de uma etnia. Além de que o Partido Comunista Português foi o grande apoio ideológico e de ligação do MPLA ao exterior.

elites locais tiveram que buscar o seu esforço interno nas massas, explorando os seus descontentamentos como justificação da sua causa. Mas como temos vindo a afirmar sobre as elites angolanas, para além de estas explorarem o descontentamento interno, exploraram também a fraqueza de Portugal no sistema internacional de estados.

Foi esta última condição que determinou a constituição das elites locais em procurar resolver as suas contendas internas no palco internacional. Esta característica foi agudizando dentro do quadro internacional de alianças, em que no caso angolano, a ajuda a um dos movimentos significava que a outra potência apadrinhasse o movimento oponente, isto é, dentro da política de contenção e expansionismo das duas potências internacionais. E desta forma o modelo de unificação nacional foi facilitado, porque houve continuação de uma carga ideológica que os contendores mantiveram para estruturar a sua visão ao propósito da causa subjacente.

As várias elites de Angola, mesmo aquelas que desafiam o centro, não conseguiram ainda reforçar as suas bases nacionais, e continuam a depender da sua legitimidade internacional para justificar a sua estrutura nacional. Esta dependência que acompanhou todo o processo desde a luta colonial até à actualidade é facilmente identificado em vários períodos da história angolana. Primeiro, foi no período de transição, em que os movimentos aproximaram-se de uma das superpotências internacionais. Esta aproximação também foi valiosa no momento em que os movimentos tiveram que procurar na vizinhança apoio logístico e bases militares. Pós-independência, este fenómeno não deu sinal de abrandar; até poder-se-á dizer que houve um reforço desta mesma tendência. As elites que melhor conduziram as alianças do seu movimento, foram aquelas que melhor sobreviveram no verdadeiro teste que se seguiu à independência. O MPLA foi o vencedor, porque soube alterar as suas alianças para defender os seus interesses, e porque melhor apetrechou o seu aparelho. Este facto possibilitou a sua viragem ideológica na década de '90 do século XX, quando deixou de ser um partido marxista e passou a sua base de aliança para os Estados Unidos da América. Esta viragem possibilitou a destruição da UNITA, que se viu sem a sua aliança internacional; e focando no panorama de terrorismo em que América estaria a viver após o '11 de Setembro', José Eduardo dos Santos associou a imagem de Savimbi e do seu movimento a uma potencial rede terrorista.

Não executando todas as possibilidades de dependência externa da elite angolana, a mais recente foi a entrevista que o presidente deu a um canal televisivo

estrangeiro (SIC notícias) no dia 06 de Junho de 2013. Segundo o Presidente do Bloco Democrático, Justino Pinto de Andrade, nas muitas críticas que foi levantando na sua declaração, há aspectos que nos interessam para testificar a nossa afirmação da permanência da dependência externa das elites angolanas. Segundo Andrade na sua reacção pós-entrevista, ao Jornal Diário de Notícias, têm que se considerar dois aspectos que nos são relevantes para a análise a que nos estamos a debruçar:

(...) o Presidente da República não surpreendeu a opinião pública ao escolher um canal estrangeiro para conceder uma entrevista conivente, depois de várias décadas de mutismo. Fê-lo para branquear os actos do Executivo e tentar melhorar a sua imagem perante a opinião pública nacional e internacional.

Ficou claro que as relações externas de Angola são aquelas que permitem consolidar os interesses da elite reinante, quer na área da sua segurança, quer no domínio da especulação imobiliária, quer na utilização de agentes que “compreendem” a psicologia dos angolanos para melhor os explorar.

Estes dois comentários são profícuos para entendermos a dificuldade de transição da dependência externa para interna, que a elite angolana não conseguiu até hoje ultrapassar, representando a fraqueza interna que a elite tem, e continuará a ter, porque não consegue reconverter a sua estrutura para ir ao encontro das necessidades da sociedade. Não é de todo surpresa a manutenção deste paradigma, porque a elite do governo forma-se dentro de um paradigma centralista, próprio dos movimentos de luta armada, e onde a hierarquia de comando obedece a um eixo vertical, sendo que a probabilidade de reconversão é muito mais lenta.

Por isso é que Daniel dos Santos afirma que “a democracia é, provavelmente, a forma de organização mais conveniente à concretização da formação social angolana, mas não deve ser confundida com uma ordem particular e “autônoma”, o Estado” (2001: 102). A democracia só chegará à sociedade angolana quando a elite do centro for capaz de reconverter a sua cultura política; as consequências da não reconversão poderão ser que a sociedade criará valores à margem do centro. A resposta da elite será sob dois aspectos: ou responde com agressividade a todas as manifestações sociais, ou compra a sociedade com políticas sociais. Pensar em mudança implicaria mudar de estrutura de governação, e é algo que levaria muito tempo devido à centralização que a cultura política angolana tem desde a sua génese. Bem que a democracia, bem entendida como a descentralização de certos aspectos da governação, poderá criar dissidência

dentro do próprio território. Não falo só das questões étnicas; se por acaso o governo angolano adoptasse um regime democrático puro, isso significaria a abertura para o reconhecimento das autonomias territoriais, isto é, Cabinda poderia vir a separar-se de Angola. A centralização não pode ser ainda um dado a descurar na formação da identidade social de Angola.

A centralização, além de ser uma característica própria do anterior domínio administrativo, manteve-se porque as elites depois da luta contra um inimigo comum, tiveram que organizar-se para combater uns contra os outros para controlar o centro. Opinar sobre o resultado da “sociedade angolana [como] resultado de um processo concreto de colonização” de Heimer (1973: 623), não é totalmente verdade. O facto de a nação angolana e os nacionalistas terem sido fruto de um processo subjectivo e messiânico do imperialismo, não quer dizer que os nacionalistas apropriaram-se totalmente das referências coloniais. Houve sim paradigmas coloniais em que um determinado segmento das elites angolanas reproduziram, mas alteraram o seu significado, e em alguns casos a suas funções, para responder às exigências com que eles se depararam quando chegaram ao poder. Na actual sociedade angolana poder-se-á notar a manutenção da centralização cultural, o que não poderia acontecer de outra maneira. Porque no dia em que a liberdade plena for concretizada na sociedade civil, o risco de desintegração será maior. E este tema teve o seu reflexo aquando da não-aceitação do Islão na sociedade religiosa angolana. A bolha rebentou justamente no momento em que a ministra da cultura Rosa Cruz e Silva pronunciou que “o processo de legalização do islamismo não foi aprovado pelo Ministério da Justiça e Direitos Humanos. As mesquitas poderão ser fechadas” (exame.abril.com.br/mundo/noticias/a-angola-proibiu-o-islamismo28/11/2013 - São Paulo). O jornal *A Semana* ainda vai mais longe sobre esta notícia, escrevendo que o governo de Angola argumenta que “Os angolanos decidiram igualmente proibir dezenas de outras religiões e seitas que, segundo o governo, atentam contra a cultura da nação, cuja religião maioritária é o Cristianismo, praticado por 95% da população”.

O que seria estranho era o governo de Angola aceitar o surgimento de outra cultura dentro do seu território, sabendo que as consequências seriam muito elevadas para a coesão interna. Já que a religião pode ser propagadora de divisionismo interno, e em especial no caso angolano, onde fervilham uma multiplicidade de características étnicas que até ao momento foram controladas a punho, o Islão seria um factor de

desestabilização interna. E não devemos esquecer que a religião cristã foi o denominador comum de congregação da nação, bem como um meio de ensinamento da língua e da civilização, e que o Islão não fez parte dessa construção. A introdução do Islão pode até ser elemento de desconstrução, porque iria introduzir uma nova referência civilizacional, ao mesmo tempo que introduziria um novo eixo. Depois de anos em que as elites do centro combateram todas as tentativas de tribalismo e incrementaram a língua portuguesa como a língua oficial e nacional, claro que o Islão não seria bem-vindo para a sociedade. Nem a Igreja Católica angolana, nem as outras Igrejas de raiz Cristã, estariam dispostas a abrirem mão do seu monopólio social e cultural, sabendo que nos outros países africanos as guerras entre cristãos e islâmicos têm sido sanguinárias.

Mas é no acto de governação que se nota maior resistência à introdução do Islão, com a resistência de grupos separatistas no enclave de Cabinda, na história ainda recente da visão de Savimbi de dividir Angola, ou na tentativa de Holden Roberto de restituir o reino dos Bacongos. Com tudo isto, seria uma ingenuidade política permitir o Islão. Porque a longo prazo, poderia fomentar a divisão interna entre Cristãos e Muçulmanos. Logo, todo o projecto colonial da nação angolana que as elites conseguiram manter pela força da violência cairia por terra. Desta forma, a liberdade cultural é a violência que nenhum governo de cariz centralista está disposto a abrir mão.

Depois da euforia própria dos períodos de revolução e transição, houve uma manutenção das fronteiras sociais. Como Augustoni e Luiz Viana frisam no seu estudo sobre a literatura angolana, no período colonial Luandino Vieira retrata uma sociedade separada pela “fronteira de asfalto” (2010: 190), a qual se manteve na sociedade angolana pós-colonial. Porque a nova elite, ao apropriar-se dos bens culturais e materiais da anterior, legitimou a desigualdade que ela própria criticou. Mas como foi num período em que o conceito de nação estava a ser reconstruído, e como as massas precisam de liderança, esta alteração dos domínios das fronteiras sociais foi vista como justa porque já não eram os exploradores, mas os seus representantes, que estavam nestes lugares. É como se essas desigualdades já não fossem vistas como dominação/exploração, mas assumidas como sendo agora os próprios angolanos os donos da sua própria terra. Claro que esta perspectiva funcionou bem durante anos, mas como temos visto actualmente, a nova geração de angolanos que já não tem nenhuma ligação directa a este período, começa a contestar as elites que estão a perpetuar essas

desigualdades. Contudo, a centralização, o terror policial, a guerra civil, e a ausência de uma sociedade civil formada, também foram formas de as elites dominarem todos os aspectos da vida social angolana. Se repararmos nas manifestações dos jovens angolanos neste último ano, há dois aspectos que sobressaem: a luta contra a corrupção e a perda do medo.

Como se poderá notar no jornal *online* DW de 20/12/2012 em relação à manifestação dos jovens angolanos:

Há um andamento aqui. Uma boa parte dos jovens angolanos perdeu o medo por causa dessas iniciativas, o que é muito bom. Se os jovens já perderam o medo é sinónimo de que os dias hão-de melhorar porque os jovens vão enfrentar, vão fazendo coisas positivas por eles mesmos. Outra coisa que pode ser considerada como avanço é o fato de que hoje, em Angola, já se pode criticar José Eduardo dos Santos, a má governação, até no táxi, num autocarro público. Antigamente não se podia criticar.

Neste momento, os jovens angolanos estão cada vez mais distantes de toda a estruturação pós-colonial, e procuram afirmar uma identidade própria, que já não tem a ver com os aspectos coloniais. Os desafios da elite pós-colonial é reconverter todo o seu quadro ideológico para responderem à exigência da nova sociedade civil angolana, que não tem nenhum mecanismo social que os ligue ao imaginário da guerra de libertação, mas que são jovens que nasceram num período de guerra civil e privação, e que agora querem ver os seus direitos e as suas aspirações de vida concretizadas.

Mas como anteriormente, em que as elites que conduziram à libertação de Angola evocaram conceitos internacionais, também a nova juventude o está agora a fazer. A diferença de formação também é de salientar, porque a anterior elite que estruturou a sociedade angolana pós-colonial, tinha como referência cultural política os quadros ideológicos da Guerra Fria e do império colonial. A verdade é que os jovens envolvidos nas manifestações evocam os Direitos Humanos consagrados na Carta das Nações Unidas, levando a que esta organização manifeste a sua opinião dentro do sistema internacional. Como se poderá ler nas notícias publicadas no jornal Público de 30/03/2013:

A ONU criticou na semana passada Luanda pelo desaparecimento de activistas políticos e pela existência de execuções sumárias, e pediu às autoridades para acabarem com "a impunidade das forças de segurança". As críticas foram feitas pelo Comité de Direitos Humanos das Nações Unidas, que avaliou a aplicação do pacto Internacional dos Direitos Civis neste país.

Na política interna, o MPLA suavizou estas manifestações, considerando pouco relevantes para desestabilizar o centro. Segundo as palavras de José Eduardo dos Santos publicadas pelo jornal Público, fazendo referência à sua entrevista à SIC Notícias do dia 06/06/2013, dizia que as manifestações juvenis não afetaram a:

(...) situação política interna, rejeitou a ideia de instabilidade social no país, desvalorizando a importância de algumas manifestações com não mais de 300 pessoas como “fenómenos muito localizados” e que terão a ver com “grupos de jovens a exprimir certas frustrações”.

Ainda é cedo para se poder tirar possíveis consequências desta nova força social que está a nascer entre os jovens angolanos. Mas a verdade é que a elite que está no poder desde a independência, tem notado o seu poder a decrescer dentro da sociedade angolana. E uma das possíveis evidências sobre este facto poder-se-á notar na forma como o sistema político presidencialista está formado. Como a figura do actual presidente é menos popular que o Partido, o arranjo eleitoral vai indiretamente beneficiar o presidente, até porque o MPLA ainda continua a ser um movimento para a maioria das massas populares, principalmente daqueles que viveram no período de transição, e goza de uma certa legitimidade. O presidente, por a sua figura ser tão exposta à crítica social, se gozasse de um presidencialismo puro levaria à saída do MPLA e do seu presidente do centro. Desta forma, na Constituição de 2010, no artigo 111º na 1ª, declara que “As candidaturas para Presidência da República são propostas pelos partidos políticos ou coligações de partidos políticos”. Isto só nos prova que a elite que controla o centro está consciente da sua fragilidade perante a sociedade civil.

Em resumo, a elite do centro ainda continua a ter um forte poder sobre a sociedade angolana, sob o qual tem mantido o controlo cultural e social em nome da coesão interna. Mas a sua fragilidade também tem-se sentido, porque a sociedade civil começa a autonomizar-se em relação ao centro. A resposta do centro foi encontrar novos mecanismos para contornar a realidade, para responder à sua falta de capacidade de reconversão. As consequências serão que a elite do centro vai estar cada vez mais distante da realidade social, e a sociedade vai formar mecanismos de força para pressionar o centro. A pulverização partidária ainda mostra o quanto a sociedade está fragmentada, e que a sua força ainda não tem uma consciência nítida para mobilizar a sociedade civil para a sua causa. Mas isto pode ser facilitado, porque a elite do centro

está mais ligada na sua legitimidade externa do que interna. Na verdade, a falta de legitimidade política é compensada pela violência militar e controlo cultural, que ainda são o escudo de controlo e vigilância que o centro exerce sobre a sociedade. Contudo, o grande perigo da elite do centro está na centralização de todos os aspectos da vida social, que acarretará a longo prazo o desgaste do próprio partido. E a exposição das elites torna muito mais fácil a crítica ou a manifestação violenta dos opositores contra a mesma.

2. A circunstância da Guerra Fria no sistema internacional e o processo de independência de Angola

O que tornou a questão angolana interessante no seu processo que conduziu à independência foi o período histórico em que ocorreu, quando as especificidades do panorama internacional facilitaram a que grupos políticos integrassem dentro do sistema as suas reivindicações. Porque noutras circunstâncias, a forma como viviam as comunidades negras angolanas não seria discutida internacionalmente nas suas necessidades mais urgentes, nem discutidos os seus direitos enquanto cidadãos de pleno direito, nem reconhecidos direitos humanitários que figuraram os debates contra a presença portuguesa em África.

O simples facto de o sistema internacional ter deslocado o seu centro de poder para Moscovo e Washington, deu todas as oportunidades aos povos africanos, em especial aos angolanos, de mostrarem internacionalmente o seu descontentamento face à presença europeia no seu território. Mas a transferência de poderes em si só não chega para explorar todos os contornos que envolvem a independência de Angola. O carisma de dois líderes como Kennedy e Khrushchov, que mostravam a sua repulsa contra a presença europeia em África, e a moral que ambos também apelavam contra o fim do imperialismo europeu, foi o ponto de equilíbrio que os nacionalistas angolanos necessitavam para internacionalmente reivindicarem o seu direito enquanto povo independente.

Mas enquanto os nacionalistas procuravam a sua aliança internacional para conseguirem apoios e patrocínio, a resistência de Portugal condenou quaisquer tentativas de pacificação do território, e além disso comprometeu a continuidade da identidade angolana enquanto Nação. Contudo, o aspeto negativo da guerra civil

angolana também possibilitou que certos ‘arranjos’ institucionais contribuíssem para encaixar as várias peças que estavam fora do sistema para impedir qualquer tentativa de dissolução da Nação angolana. Este capítulo vai centrar-se sobretudo em analisar todos os acontecimentos que estão por detrás do início da guerra de independência, e posteriormente da guerra civil, e as consequências positivas e negativas que tiveram para a Nação angolana.

2.1. A Guerra de independência de Angola no contexto da Guerra Fria

A maior parte da literatura que descreve o início da guerra subversiva em Angola não cruza os vários factores que conduziram à emergência da mesma e de que forma significou o declínio de Portugal enquanto império. Muito é debatido sobre as causas que a emancipação de outras nações africanas tiveram sobre os nacionalistas angolanos, e como a guerra na África portuguesa foi o prelúdio que conduziu ao fim do regime salazarista. Mas ficam sempre no ar muitas perguntas, que no meu ver não têm sido devidamente tratadas pelos historiadores e especialistas. Entre o ‘*Acto Colonial*’ de João Belo até ao início da guerra passaram trinta anos, e nesse intervalo de tempo não houve manifestações relevantes que comprometessem o domínio colonial e o império português em África. Mas porque é que em 1961 os nacionalistas angolanos conseguiram desafiar o domínio colonial português?

Esta pergunta não pode ser interpretada e respondida analisando um único caso, mas foram vários acontecimentos internacionais e nacionais que potenciaram o surgimento de segmentos que estavam na periferia do centro a desafiar o regime salazarista e o programa colonial português. No decurso dos casos que vamos utilizar para responder a esta pergunta, nenhum é exclusivo porque, e como veremos, o processo formou-se como ‘uma bola de neve’, em que a junção dos vários acontecimentos ao longo do seu desenvolvimento encaminhou para um fim.

As questões internas sobre o colonialismo e o regime Salazarista tomaram proporções internacionais quando Henriques Galvão tomou por assalto o paquete *Santa Maria*. Foi justamente neste momento que tomou-se conhecimento internacional sobre as fraquezas e desunião do regime quanto aos programas sociais e político. Galvão, ele mesmo um membro do governo de Salazar, considerava a política nacional e colonial um entrave para a realização de um projecto social e humano mais vasto. Na sua versão sobre a prática do colonialismo português considerava:

A posição de Portugal, abusivamente representado por uma ditadura discricionária, não podia deixar de mostrar-se muito difícil neste mar mundial, de paixões encapeladas, de ódios políticos e de colossais interesses desavindos. Nem sequer podia esperar que o caso único, que é e sempre fora na história do colonialismo, pudesse ser considerado à margem, sem prejuízo do conteúdo humano da revolução em marcha. (1976: 158)

Nesta passagem, poderemos ver que Galvão estava ciente das mudanças internacionais que estavam a acontecer, e que Portugal estava à margem destas mudanças. Como consequência, havia um isolamento a que Portugal estava votado devido à miopia do regime face às transformações que estavam em curso. Enquanto isto, o regime apostava na sua subjectiva histórica enquanto nação, na qual, na década de '60 do século XX, as duas potências também tinham componentes ideológico-morais fortes que se opunham às anteriores concepções imperialistas da Europa.

O regime de Salazar, ao desprezar as mudanças que estavam a ocorrer, não criou um projecto para responder às suas aspirações e necessidades. Antes, manteve a retórica, como poderemos notar no discurso de posse de Venâncio Deslandes como governador de Angola, que reforçava que o objectivo de Portugal era manter o que “a Divina Providência nos confiou há muito séculos” (cit. Antunes, 2013: 294), em vez de procurar objectivamente as razões políticas e sociais que levaram os povos de Angola a sublevar-se. A resposta de força de Portugal teve como fito alimentar a sua utopia perante a sociedade portuguesa, tanto na metrópole como na colónia, e não dar solução sobre os acontecimentos. Claro que uma resposta de força provoca uma reacção de força, e foi nesse encadeamento de força e reacção que os portugueses encontraram um reforço dos movimentos na sua legitimidade enquanto representantes dos povos de Angola.

Essa legitimidade sentiu maior reforço quando os movimentos angolanos começaram a apelar internacionalmente a sua legitimidade enquanto verdadeiros representantes dos povos angolanos. Verdadeiramente Portugal era o criador, mas não o dono. E numa Assembleia internacional como é a das Nações Unidas, Portugal tinha poucas oportunidades de defender a sua legitimidade perante nações que tinham conquistado a sua independência, e estavam representadas diplomaticamente na ONU. Este quadro agravou-se quando Salazar discursou para o país, depois da tentativa de golpe militar falhada pelo general Botelho Moniz, referindo que:

Se é preciso uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional mesmo antes da remodelação do Governo que se verificará, a explicação pode concretizar-se numa palavra, e essa é Angola... Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova a nossa capacidade de decisão. (cit. Antunes, 2013: 263)

O regime e o próprio Salazar não estavam certamente a ter consciência e astúcia políticas de quanto custaria a guerra para os portugueses, e o que ela representaria para os angolanos. Mesmo que a tentativa de Salazar fosse impedir a propagação do messianismo americano e o expansionismo soviético, não estava a ser racional quanto ao suicídio político do regime, e o custo humano e económico para um país com as características de Portugal. A persistência de Portugal em manter as colónias acentuou o conflito internacional da guerra, em que quem tivesse os melhores argumentos ganharia. Com isto quer se dizer que a guerra colonial em Angola não teve só um carácter bélico, mas em rigor foi uma guerra de política internacional e moral, com Portugal a jogar quase ao mesmo nível que os movimentos angolanos no plano internacional, embora limitado devido à sua dependência externa.

Claro que, em termos militares, Portugal conseguiu neutralizar a guerra de guerrilha em Angola, ao mesmo tempo que os movimentos começaram a guerrilhar uns contra os outros dentro do território. Porque, em certos aspectos, os movimentos queriam ser os donos da causa para melhor garantirem a sua posição na negociação internacional. Até deste panorama Portugal não soube tirar partido, porque estava mais preocupado em manter a sua posição nacional em detrimento do internacional, sabendo que poderia utilizar este argumento salientando que os movimentos não tinham uma base de consenso político para resolver os dilemas político-partidários dentro de um quadro de diálogo.

As falhas de Portugal na política internacional foi o maior triunfo dos movimentos para derrubarem toda a estrutura política do regime imperialista, agravando-se ainda mais com as notícias que iam sendo publicadas sobre as condições de vida dos negros em Angola. Mas nem todos dentro do regime descuravam a nova realidade internacional. Segundo Adriano Moreira, o que se passava realmente era “a definição das zonas de expansão das grandes potências” (cit. Silva Cardoso, 2000: 181). Para as potências, África apresentava-se como uma oportunidade que não queriam perder. Um novo teatro da Guerra Fria começaria, tendo como palco o continente

africano, no qual Angola representou todo o cenário. Mas foi com a chegada de Kennedy que esta luta chegou a África de forma mais concreta nos atos. Em termos ideológicos, a URSS enquadrava-se melhor com os movimentos de libertação de África, porque apelava à luta contra a opressão e a tirania. Foi um período em que o marxismo internacional teve a sua pujança e aceitação, além de que os Soviéticos apresentavam-se como a elite internacional que conduziria o mundo todo ao socialismo e à luta contra a opressão.

Os Estados Unidos não tinham bagagem moral para competir com os Soviéticos, além de que os Soviéticos, pela sua centralização do poder e ausência de uma sociedade civil para equilibrar quaisquer abusos, não se poupavam a em gastar dinheiro a financiar as guerras em África ou a construir barragens. O fundamento último era chegar e implantar um governo fiel a Moscovo. Com Kennedy, a política internacional sobre os países do terceiro mundo, principalmente África, muda. Como se poderá notar na afirmação de Schneidman, “o objectivo do Presidente [Kennedy] era explícito: vencer os soviéticos no seu próprio jogo, lutar com eles pelos ‘corações e mentes’ dos cidadãos das novas nações independentes” (2005: 37). A política de contenção de Truman não chegaria aos corações dos africanos; estava ultrapassada na sua substância, e era mais virada para questões geopolíticas europeias em vez de numa luta de expansionismo global como fazia o regime Soviético de Khrushchov. Desde cedo que Kennedy despertou sobre a nova realidade em que o mundo estava mergulhado: o comunismo estava a alastrar até às suas fronteiras, e as novas nações estavam no alvo direto de Moscovo. Para Kennedy, a nova realidade da política externa norte-americana deveria ser de olhar para as novas nações que estavam a surgir no contexto de descolonização dos países do chamado terceiro mundo.

Foi nesta competição internacional de duas potências que Angola aparece no mapa de política internacional, na qual também os nacionalistas angolanos poderiam jogar a um nível mais alto com o Estado português. E onde as elites poderiam aspirar a um confronto mais directo ao opressor, e deste modo conseguir apoio moral e material dos ‘defensores da liberdade humana’ e da ‘luta contra a opressão’. Nesse mar de mudanças de novos agentes no sistema internacional e no surgimento de novas nações anticolonialistas, Portugal navegava num mar de hostilidade constante em que muitas das vezes a mudança de retórica não traduzia em mudanças reais.

O que Portugal fez acentuou a crise quer para os angolanos, que ficaram mais dependentes das suas alianças externas, quer para a própria sociedade portuguesa e colonial. No caso da sociedade portuguesa, os oponentes do regime endureceram as suas posições e aproveitaram-se do fosso que o próprio regime estava a agravar. A desestruturação do regime começou-se a constatar com o reforço da polícia política, que reforçou o seu poder de controlo dentro da sociedade. No caso da sociedade angolana, exacerbaram-se os ódios entre brancos e negros, ao mesmo tempo que deu a possibilidade aos movimentos de organizarem as suas bases de apoio junto das massas descontentes.

Com a apreciação destas causas da guerra para as duas sociedades as elites angolanas souberam tirar o maior proveito, porque à medida que a guerra ia passando, as tropas portuguesas estavam mais desgastadas e fartas, e ao mesmo tempo os custos económicos e sociais começavam a pesar para os portugueses. As elites angolanas e os seus respetivos movimentos tiveram um comportamento que enquadrava bem o espírito da Guerra Fria, isto é, a guerra do desgaste. Em contrapartida, Portugal entendeu a guerra como guerra quente, que seria chegar ao terreno e eliminar fisicamente todas as resistências, ostentando a bandeira da vitória.

Isto provavelmente poderia resultar numa concepção de guerra clássica de exércitos nacionais, mas não numa guerra típica de libertação como a de Angola, onde os gastos da guerra nem eram suportados pelos movimentos. E no caso de derrota total, não teriam de cumprir com os seus compromissos face aos seus aliados. Na sua forma, as alianças externas dos movimentos respeitavam a regra do anonimato; nunca era um financiamento direto por parte do Estado das potências interessadas, mas agências civis ou governamentais que faziam a interligação entre a potência e o movimento. Os representantes das potências, quanto muito, tinham a função de canalizarem as atenções da sociedade civil, no caso dos Estados Unidos, ou do partido, no caso da União Soviética, nos jogos geopolíticos que se estavam a arquitetar sobre o próximo palco de confronto.

Em resumo, a luta de independência em Angola só foi possível porque houve um momento histórico preciso que possibilitou às elites angolanas apelarem internacionalmente a sua causa. Além de apelarem, tinham certeza da fraqueza do imperialismo português face às grandes mudanças dentro do sistema internacional, bem como a nova realidade da ordem internacional abriu o leque de agentes a intervir dentro

do sistema. Os movimentos, mesmo sendo considerados terroristas por parte de Portugal, eram considerados agentes legítimos no contexto internacional, que o sistema tinha que aceitar e conviver. E para todos os efeitos de causa e razão, a maior parte das novas nações que estavam dentro do sistema ainda tinham na sua constituição enquanto povo a luta pela emancipação. Por isso é que o conceito de autodeterminação encaixava perfeitamente nos propósitos e nos discursos dos movimentos na sua luta pela descolonização.

2.2. A formação política dos movimentos de libertação e o início da luta de libertação nacional

Nenhum processo histórico social encontra a sua riqueza sem ir às bases da formação política da sociedade, seja a sociedade enquanto cultura política ou a sociedade concebida a partir da visão de base elitista. Devido às suas características culturais, não existia uma cultura política de raiz angolana que se possa explicar por si mesma. Pela natureza da sua forma, a estrutura dos movimentos e das elites estavam mais ligadas às correntes internacionais do que em formar uma ideologia de raiz. Desta forma, os movimentos tiveram que ligar as suas cosmovisões dentro de parâmetros conceptuais mais próximos da sua defesa internacional. E deste modo a luta passou pela reivindicação da identidade, e não de cultura. A identidade, seja qual ela for, não precisa de história; já a cultura precisa de história para congregar as massas. Foi um défice aquando da formação dos movimentos criar uma estratégia bastante elástica para poder incorporar nas suas bases massas populares aparentemente homogenias, porque a sua elite, que formava o núcleo forte do movimento, era tão heterogenia que poderia implicar certos mal-entendidos. No caso do MPLA, os descontentamentos das massas eram menos politizadas que o descontentamento da elite urbana, que em muitos casos era mais pró-ocidente do que africana. Todavia, existe um certo desfasamento que ainda não foi devidamente tratado, que é explicar como foi possível, no contexto angolano, que os movimentos conseguiram conquistar segmentos significativos da sociedade para a sua causa?

A luta pela liberdade não ganharia pujança sem os líderes nacionalistas conquistarem os corações das populações. Para isso, a crítica e a violência contra o alicerce colonial foi dando sinal de vida quando o próprio colonialismo começou a reagir a esses ataques. A brutalidade que se seguiu nas fazendas e nos musseques de

Angola foi o prelúdio de todo o processo histórico que conduziu as elites locais à tomada do poder. Não foi só o trabalho das elites africanas o impulsionador do que aconteceu no rescaldo dos acontecimentos que levou à independência de Angola, mas foram sobretudo as respostas de força por parte da sociedade colonial que deram vigor e condições humanas para os movimentos lutarem contra a sociedade estabelecida. Isso agravou ainda mais quando os líderes dos movimentos levaram para a Assembleia da ONU os nomes dos presos políticos, mostrando que o povo estava a lutar para a sua independência e que Portugal estava a responder com repressão as aspirações dos angolanos. Na realidade, Portugal estava a ter mais problemas em lidar com os movimentos em Angola porque a formação política e a vocação internacional dos seus líderes permitiu-lhes contornar a fraqueza militar no terreno.

O aumento da violência por parte da administração e sociedade colonial agravou o abismo social que os separava dos angolanos negros e de alguns portugueses nascidos na colónia, que se sentiam tão angolanos como qualquer angolano negro. As justiças privadas e as incursões feitas por civis brancos só aumentaram o ressentimento dos negros sob os seus dominadores. Como se poderá notar na entrevista de Dalila Mateus ao Almirante Rosa Coutinho enquanto presidente da Junta Governativa de Angola, sobre as reações dos colonos após os ataques de 1961:

Em virtude dessa acção da UPA, que foi mesmo uma acção terrorista, verificou-se uma reacção da população, que produziu tremendos desmandos e genocídios em toda a zona que vai de Luanda para o Norte.[...] quando regressei a Angola como presidente da Junta Governativa, em 1974, foi o mesmo clima. Um clima de limpeza étnica, uma tentativa de genocídio de tudo o que fosse preto, principalmente na zona dos musseques de Luanda, que era onde eles viviam, pois no asfalto viviam os Brancos. (2006: 145)

Mas também poderemos constatar em Albertino Almeida a permanência de justiça privada que funcionava à margem do poder colonial: “Além da cadeia e justiça da PIDE, havia, de facto, cadeias privadas e até uma justiça privada. Podia não ser pior que a da PIDE, mas era certamente muito arbitrária” (ibid.: 30).

À medida que o tempo foi avançando e com as mudanças que estavam a ocorrer no continente, a sociedade colonial não soube alterar a sua estrutura para incorporar os negros dentro da mesma; em vez disso, alimentou a ideia de dominação e repressão como valor máximo do colonizador. Num cenário como este, nem a sociedade colonial, nem o império centralizado e direitista, souberam reestruturar a sua sociedade para

poder englobar a sociedade dos excluídos dentro do seu sistema. A não alteração foi o maior benefício que os portugueses deram aos movimentos para se apoderarem das massas em seu proveito. Como resposta internacional na questão de Angola, os portugueses aproximaram-se mais da África do Sul e do seu regime racista para criarem uma zona de influência colonial branca em África. Esta estratégia mostra como Portugal estava muito aquém da realidade internacional, deixando que os movimentos se aproximassem cada vez mais das potências em vez de cortar o caminho de acesso às mesmas. Foi devido ao conflito de Angola se tornar internacional e de o apoio vir das potências, que após a independência o Estado teve que modelar a sua superestrutura à potência que fornecia os recursos para travar o avanço dos inimigos regionais. Como título de exemplo temos o MPLA que, como o seu apoio vinha dos governos comunistas e a sua maior aliança era com a Cuba e URSS, toda a sua organização era fundamentada no partido de massas. Mas o fato mais curioso foi que o MPLA, após a independência, aumentou nas suas siglas PT (Partido do Trabalho), quando na sua formação o MPLA não representava os trabalhadores angolanos, nem tão pouco foi na defesa dos trabalhadores que começou a sua luta política. Estas peripécias da política angolana mostram-nos como os governos e os partidos não são realidades da sociedade civil angolana, mas uma extensão dos interesses e dos paradigmas internacionais.

Desta forma, a construção ideológica dos movimentos, hipoteticamente, orientou-se na luta contra a opressão, porque o poder colonial era opressor para as massas africanas. Isto ‘deu asas’ aos movimentos de massas, como era o MPLA, de mobilizarem os intelectos e as populações urbanas contra aqueles que representavam o aparelho opressor das massas populares negras. A aceitação da doutrinação marxista foi um fato aceite no país pós-independência e durante a luta pelo MPLA como doutrina oficial do movimento, opondo-se aos outros movimentos que também participavam na luta de libertação. Em rigor, a doutrinação marxista é a que mais se aproxima de todas as realidades angolanas, porque a justeza da sua teoria assenta sempre no princípio da luta entre opressores e oprimidos. Na verdade, a sociedade angolana estava bipolarizada, mas politicamente o marxismo era uma ideia mais próxima dos valores ocidentais, e tinha maior peso na política internacional do que o pan-africanismo ou o tribalismo. Mesmo com o império português caído, a ideia de império continuava na sombra dos governos portugueses, e nunca permitiriam que o seu projeto de europeizar África acabasse. Neste ponto, por ser o MPLA o movimento mais próximo às doutrinas

europeias e o único que na sua raiz apelava à nação angolana, foi esse o fator de aceitação por parte dos novos dirigentes portugueses.

A elite urbana, da qual os quadros superiores do MPLA faziam parte, eram maioritariamente instruídos dentro da cultura portuguesa, e a consciência das suas orientações políticas estava ligada ao marxismo ou ao nacionalismo socializado. Tinham nas suas preocupações a situação dos angolanos negros e as suas dificuldades na sociedade angolana colonial. Como nos relata Agostinho Mendes de Carvalho, na entrevista concedida a Dalila Mateus, sobre a sociedade colonial:

Na situação social em que vivíamos, em que vivia o Indígena, melhor dizendo, o Preto, nas dificuldades que encontrava para entrar no liceu, para obter o bilhete de identidade, para ser assimilado, foram tantas as dificuldades, que vi nos lugares por onde passei, que comecei a tirar notas. (2006: 10)

A tónica da elite do MPLA era a questão social daqueles que estavam excluídos, ou melhor, estigmatizados pela sociedade branca que representava o poder e a virtude. O MPLA foi um movimento totalmente urbano, sem ligação às realidades tribais ou genuinamente africanas. Em resumo, eram jovens que tinham sido instruídos, e que tinham uma consciência social mais viva que lhes permitiu desviarem-se da aceitação dos seus antepassados, reconhecendo ao mesmo tempo que eram tão angolanos como aqueles que viviam no asfalto, e que poderiam aspirar a mais. Isto levou a que a sua luta fosse a luta dos intelectuais, que se aperceberam da dor e do sofrimento das massas populares negras, que no fundo eram negros como eles, mas que estavam excluídos porque não eram considerados assimilados.

No caso da UPA de Holden Roberto, a consciência passou mais por uma orientação mítica-tribal de raiz Bacongo, que dificultou a propagação do ideário e formação política do seu movimento para a tomada de poder em Angola. Para começar, havia uma certa desconfiança da liderança da UPA, já que a dependência face ao regime de Mobutu era total e a sua luta de guerrilha muito demarcada no território. Mas também, caso o movimento de Roberto conseguisse dominar o poder dentro de Angola no momento em que a transição quando estava a ser negociada, o mais provável seria o derramamento de sangue numa guerra étnica entre os vários povos que habitam o território angolano, e em último caso o desmantelamento territorial. Mesmo a África do Sul não arriscaria intervir numa luta que muito provavelmente arrastaria o Zaire num confronto directo entre estas duas potências regionais. E assim, a África do Sul mais

provavelmente controlaria zonas de interesse económico e estratégico, em vez de apoiar um governo do sul. A UPA, que chega nas negociações para a independência como FNLA, era um movimento militarmente bem composto, mas politicamente fraco, devido à sua organização passar ao acto político na dependência dos decisores políticos que não pertenciam directamente ao movimento.

Para agravar a situação, o apoio dos Estados Unidos era um apoio indirecto. O governo americano não reconhecia internacionalmente o seu apoio a FNLA, e nem mostrou abertura de uma eventual abertura de relações. Enquanto Kennedy mostrou um interesse na causa de Roberto, para Kissinger Angola não era importante para a estratégia norte-americana. A falta de um apoio internacional, principalmente de uma das potências, foi o grande condicionador do fracasso da FNLA na independência. Porque o regime de Mobutu, pela sua natureza, já era um regime dependente e sem grande importância internacional, sendo o apoio dos Estados Unidos um mero jogo de xadrez de condicionamento da propagação do comunismo em África. E a nível interno, o Zaire tinha tantas dificuldades na implantação de um governo forte e estável, que a aventura desmedida de Mobutu em Angola poderia ser um risco para a sua política interna. Porque em rigor, o exército da FNLA não estava só a enfrentar o exército do MPLA, mas estava também a enfrentar os Russos e os Cubanos que militarmente eram mais organizados e fortes tecnologicamente. E deste modo a orientação política da FNLA foi um obstáculo na sua própria concretização, facilitando a sua extinção nos primeiros anos de independência. Este facto só mostra que em Angola só se é forte politicamente quando as suas alianças externas podem alimentar as suas aspirações internas.

O surgimento da UNITA na formação política das massas já aconteceu num período muito atrasado dos acontecimentos que determinaram o fim do colonialismo em Angola. Mas teve o seu protagonismo nas negociações e na sociedade, já que esta representou o interesse dos angolanos, principalmente dos Bailundos. Mas aquilo a que se poderá pronunciar como formação política, era quase inexistente ou mesmo frágil. Sem querer causar danos maiores, não foi um movimento nacionalista propriamente dito, mas um movimento que serviu o interesse de um líder político astuto. Nunca um movimento que visa a mobilização de massas contra uma elite opressora pode ser negociadora entre as massas e o centro opressor, nem procurar apoio junto daqueles a quem a sociedade considera serem causadores das suas desgraças. Mas na verdade a

UNITA foi como um extensão do poder colonial junto do povo, para combater e controlar, ou mesmo neutralizar, os outros movimentos. Logo, a formação da UNITA não foi a de um movimento nacionalista, mas de uma organização política que visava a sua existência política dentro de um quadro de interesse. Dai a sua facilidade de formar alianças regionais, mesmo com a África do Sul, que em rigor representava um poder colonial e racista.

Cedo a UNITA mostrou que seria capaz de sobreviver, porque mostrou a sua faceta de movimento de reconciliação, uma espécie de movimento de coligação que vivia à margem das ideologias dos outros dois movimentos. Esta característica possibilitou a sobrevivência da UNITA enquanto opositora do comunismo em Angola, chegando mesmo a receber apoio militar e logístico dos Estados Unidos e da África do Sul, e mais tarde do Zaire. Mas o problema da UNITA foi em não se desprender do seu braço armado, quando o mundo estava a mudar e as relações do MPLA estavam cada vez mais viradas para o mundo capitalista. Com a queda do *Apartheid* na África do Sul e o fim do comunismo, o movimento de Savimbi deixou de ter interesse internacional e regional, com excepção do Zaire. A grande oportunidade de a UNITA se renovar e tornar-se num partido político aconteceu com os acordos de Bicesse de 1991, mas a não-aceitação dos resultados eleitorais levou a que a UNITA retomasse a luta armada. O MPLA levou a melhor quando Bill Clinton reconheceu o governo de Angola, e o regime do *Apartheid* caiu na África do Sul. A UNITA perdeu os seus aliados, tornando-se um movimento terrorista que recorria ao tráfico de diamantes para financiar a sua guerra. De modo a isolar mais a UNITA, o MPLA apoiou militarmente os opositores de Mobutu, ao ponto de derrubar o seu poder no Zaire. A UNITA enquanto movimento armado chegou ao seu fim em 2002 com a morte de Savimbi e a rendição militar.

Em suma, a formação política e a sua capacidade de mobilização de massas e de conseguir alianças internacionais foram determinantes nas negociações que conduziram à independência de Angola e à conquista do poder. Mas justa causa, o MPLA e a FNLA foram os grandes formadores políticos do território, nas suas variantes urbanas e rural. Estas diferenças foram determinantes no comportamento ideológico dos movimentos e na sua capacidade de mobilização interna, mas também a nível internacional. Porém, as melhores alianças são aquelas que funcionam porque são reconhecidas, e neste caso o MPLA levou a melhor em relação ao FNLA. Porque o poder soviético não estava dependente das mudanças políticas como os Estados Unidos, em que a questão colonial

de Angola mudava consoante os interesses dos presidentes. A UNITA foi de todos o movimento da oportunidade, e soube aproveitá-la até ao seu fim.

2.3. A questão angolana na agenda internacional e o conflito das potências

O que parecia ser uma questão menor na política internacional, a contenda Angolana, passou a tomar posições de força entre os vários intervenientes, principalmente entre as potências hegemónicas e a potência colonial. Isto porque os próprios nacionalistas e os opositores do regime de Salazar lutavam mais fora das suas fronteiras do que no interior delas. Foram os opositores, mais do que o regime, que levaram a guerra em Angola para o palco internacional. Desta forma, todos os representantes das Nações Unidas começaram a tomar conhecimento do que se passava nas colónias e em Portugal, ao mesmo tempo que as potências hegemónicas da altura tomavam consciência da importância das novas nações para as suas políticas internacionais. Por isso é que se pode dizer que o conflito angolano teve duas fases para a pós-independência. A primeira foi uma luta mais retórica e moral das potências face ao colonialismo e a opressão de um lado, e do outro lado a luta contra o imperialismo. Na segunda fase surgiu uma guerra bélica em que os intervenientes dos dois blocos apostaram a sério nas suas alianças. Foi desta maneira que a questão angolana internacionalizou-se. E como poder-se-á notar na afirmação de John Marcum sobre a pressão internacional sobre Angola, o que aconteceu foi de “a política mundial imposta por soviéticos e norte-americanos ter conduzido a que Angola tivesse ficado à mercê de interesses internacionais, [...], catastroficamente, conduzir para a guerra civil a terra dos angolanos.” (cit. Gen. Silva Cardoso, 2009: 655).

São poucas vezes na história em que encontramos paralelismo com o que aconteceu em Angola, mas o que estava evidente acima de tudo era a concretização de um projecto político em que todos apelavam as causas mais justas para legitimar os acontecimentos. No caso da guerra civil russa não foi uma guerra totalmente internacional porque os bolcheviques derrubaram os mencheviques e os seus aliados internacionais sozinhos. O caso espanhol, esse sim, já se aproxima mais da realidade angolana, em que os contendores foram apoiados todos por potências internacionais que queriam levar a melhor em relação aos outros, e acima de tudo o que estava pendente era o factor político-ideológico dos decisores com maior força no sistema internacional de estados. Para Arbatov, ao comentar sobre a situação angolana, “Angola faz lembrar a

Espanha em 1935 e nós simplesmente não podemos ficar de lado,..." (cit. Milhazes, 2009: 75). Esta semelhança pode-nos ser ilustrativa do quanto as potências, não só as hegemónicas, estavam envolvidas na questão angolana, ao ponto de comprometerem-se para levarem a melhor nas suas posições. Mas também, como poderemos confirmar segundo Douglas Wheeler, "A internacionalização da guerra civil em Angola agravou-se à medida que as superpotências começaram a apoiar as partes em conflito" (2011: 361).

A consequência foi que a guerra civil angolana realmente não foi só uma guerra entre angolanos, mas sim uma guerra de encomenda entre as potências. É desta maneira que poderemos identificar três fases do conflito civil entre angolanos, sendo que a última foi exclusiva entre o próprio povo. A primeira foi entre angolanos, mas não somente, porque muitos dos portugueses que estavam em confronto não eram angolanos da terra. Porém, como é sabido, ao longo da guerra o exército português foi incorporando angolanos negros e mulatos nas suas fileiras para combaterem contra os movimentos; logo, em rigor foi uma proto- guerra- civil. Além disso, os movimentos começaram a rivalizar-se antes da guerra colonial acabar, e os confrontos muitas vezes tornavam-se batalhas violentas.

A segunda fase foi uma guerra civil 'por encomenda', já que as potências estrangeiras eram as mais implicadas na situação; e no caso de Cuba e da URSS fizeram-se representar com tropas regulares dos seus exércitos.

A terceira fase e última é que foi somente entre angolanos, já que de um lado tínhamos o exército angolano e um governo eleito, e do outro lado tínhamos um movimento militar que queria usurpar o poder.

Todas as fases que fomos assinalando estiveram ligadas ao contexto internacional, mas a segunda fase foi mais explícita; daí falar-se da internacionalização do conflito militar. Porque enquanto o apoio esteve condicionado no domínio moral e financeiro, que se reduzia na instrumentalização ideológica das elites e auxílio às estruturas dos movimentos, o controlo entre as potências era estratégico com o medo da situação descambar para outros patamares. Mas a verdade é que a resistência portuguesa foi muito longa quer no plano internacional quer em Angola, o que fez com que as potências investissem muito nos seus aliados e se comprometessem cada vez mais. Decorreu daí que a realidade angolana passasse um pouco despercebida quanto à sua natureza, que teve consequências nas ajudas das potências aos movimentos, que

andaram elas mesmas a mudar continuamente de direção e estratégia no que tocava ao financiamento. Chegou ao ponto da confusão aumentar quando a China também quis tomar parte na questão angolana, apoiando a FNLA, e depois a UNITA, com instrutores e material militar.

Mas, em todo o caso, a intervenção direta das potências hegemónicas foi mais uma consequência do que uma causa, porque foi devido aos seus compromissos que a escalada de rivalidade entre elas aumentou em Angola. No caso da União Soviética, foi a aventura cubana em Angola que levou a que os russos assumissem o seu compromisso como um aliado; e no caso dos Estados Unidos, foi como uma reacção à ofensiva, já que na administração Nixon a sua estratégia passava pela aprovação das intenções portuguesas, levando deste modo ao enfraquecimento das relações diretas com os movimentos, dando caminho livre à União Soviética para se aproximar dos movimentos. Mas a ‘novela da intervenção soviética’ em Angola não terminou, porque para Moreira de Sá “A principal razão para esta rápida decisão da URSS na fase inicial do processo de descolonização em Angola residiu na sua competição com a China pela influência no Terceiro Mundo...” (2011: 79). Esta análise poderá aproximar-se mais numa fase anterior à independência do que propriamente na fase posterior, porque o papel dos Cubanos em Angola foi muito mais perturbador para os Soviéticos do que propriamente o da China. Como podemos notar nas palavras do Ministro Soviético Anatoli Adamichin: “O contingente cubano regular apareceu em Angola sem o nosso conhecimento e muito menos sem a nossa autorização... Mas nós, fiéis aos nossos princípios internacionais, não levantámos especiais objecções” (cit. Milhazes, 2009: 67). Com isto poderemos concluir com algum rigor que quem levou militarmente a União Soviética para Angola foram os Cubanos e não os Chineses.

No final de tudo isso, os políticos nacionais perderam o controlo dos acontecimentos, ligando a vida política e social aos interesses dos aliados. Para o MPLA, os apoios Soviético e Cubano eram extremamente importantes para a manutenção do poder, ao mesmo tempo que usufruía destes dois aliados para a formação dos quadros do partido e da vida político-social. Porque a seguir à independência, a administração ficou sem pessoal qualificado para assumir as rédeas dos serviços públicos. Durante o domínio colonial, os colonizadores não prepararam os negros para poderem tomar a direção do seu próprio país. Como poderemos analisar nas palavras de Hermínio Escórcio na sua entrevista, segundo a sua vivência da realidade:

Veja o que aconteceu na altura da descolonização. Os portugueses retiraram-se e, na administração pública, ficou um enorme vazio, porque os portugueses nunca tinham preparado as elites africanas para assumir as suas responsabilidades. E nunca as preparariam, se não tivesse havido um golpe de força a obrigá-los a isso. (Mateus, 2006: 279)

Deste modo, o governo formado teve que adequar o seu programa governativo, caracterizando-se pelo sistema monopartidário, o qual não era de todo novidade para a sociedade angolana, já que a herança colonial assentava o poder num rígido centralismo governativo. De outra maneira, o MPLA não teria aguentado as invasões territoriais que estava a sofrer por parte da África do Sul, nem aguentar a investida das potências ocidentais que apoiaram a FNLA e a UNITA.

É interessante que as consequências desta internacionalização do conflito angolano estão bem presentes na sociedade. Como podemos notar nas palavras de Pepetela na sua entrevista concedida à revista *As artes entre as letras*:

Aqui falhou tudo muitas coisas para criar um país decente. Sobretudo os políticos, que não souberam resistir à extrema violência externa para abandonarem as suas ideias, primeiro com as consecutivas invasões militares fomentadas pelo Ocidente em apoio ao *Apartheid*, depois com as constantes incitações à corrupção pelas mesmas potências e seus capitalistas. (Isabel Fernandes, 2014: 9)

O falhanço está no começo, pelo facto de que os problemas dos angolanos não foram resolvidos internamente; antes estiveram ligados aos interesses estratégicos das potências envolvidas. Isso leva a que a culpabilidade da situação angolana não recaia toda sobre os movimentos, porque estes só procuraram levar a melhor nas suas ambições. A má escolha seria inevitavelmente o suicídio político do seu líder, ou mesmo a destruição de tudo o que restava de Angola enquanto nação. A dependência externa no conflito só agravou a situação dos angolanos e dos próprios governantes, que não poderiam realizar as suas vontades, porque estavam de ‘mãos atadas’ nas decisões internacionais. Isso levou a que o governo de Angola estivesse dependente durante muitos anos até consolidar as suas bases administrativas, o que em rigor só foi possível porque os movimentos apropriaram-se dos recursos naturais não para o bem do povo, mas para alimentar uma guerra que se tinha internacionalizado pelas ambições de potências. E estas não tiveram consideração às necessidades dos angolanos que estavam

desfraldados em recursos humanos, já que a maior parte dos quadros tinha fugido para Portugal devido à instabilidade político-militar que se vivia em Angola.

Quanto à identidade dos povos de Angola enquanto nação, esta foi a que esteve mais comprometida em todo este assunto, devido à equação simplista da estratégia da Guerra Fria, em que os territórios seriam divididos a meio para que os dois modelos pudessem levar a melhor. Assim foi na Coreia e no Vietname, e assim também o quiseram fazer em Angola. Mas o bom senso de Portugal imperou sobre a miopia norte-americana de traçar fronteiras ideológicas para contenção do inimigo. E talvez este tenha sido o erro mais grave de toda a política americana em relação à questão angolana, pois o que muitas das vezes se esquece em relação a África no geral é que estes movimentos não eram socialistas, mais sim nacionalistas. E o MPLA, ao contrário dos outros movimentos, era genuinamente um movimento nacionalista integrador. Nunca aceitaria a repartição de Angola, já que o seu quadro político era representado por pessoas de diferentes regiões e etnias. Logo, as bases urbanas das diferentes regiões que eram maioritariamente pró-MPLA levantariam obstáculos na concretização de um plano internacional que não quisesse levar em consideração a realidade objectiva.

Só a partir da década de '70 é que os angolanos conseguiram realmente resolver a sua contenda que levou a que um vencesse. A guerra civil internacionalizada só agravou a situação dos angolanos, que não tiraram nenhum benefício e nem resolveram as suas contendas internas. Com a terceira fase da guerra civil é que se conseguiram criar mecanismos de organizar um exército totalmente angolano, e que representasse o Estado angolano. Mesmo que anteriormente as FPLA tenham-se separado do MPLA, simbolicamente este exército continuaria a ser um exército do Movimento e não de Angola. Com a criação das FAA, a engrenagem foi totalmente outra, já que teoricamente o MPLA passou a ser um partido político e não um movimento, diferenciando-se deste modo da UNITA, em que a FALA e o Movimento eram um único organismo.

Em suma, como em Espanha, a guerra civil angolana foi internacional e as suas consequências foram mais desastrosas. Porque este tipo de guerra civil causa maior fragmentação interna e maior dependência externa dos contendores envolvidos. Além de que tende a ser uma guerra 'de encomenda', porque o que está em jogo é o interesse de um dos lados envolvidos mandar uma mensagem para o outro sobre a sua capacidade militar, e de mobilizar os seus aliados para uma guerra de maior escala. O desrespeito

deste tipo de guerra é total, porque aumenta a desorganização da vida política e administrativa, e o aparelho social fica sobre as determinações ideológicas da liderança internacional.

2.4. O reforço da identidade no conflito militar

Nos estados pós-coloniais uma das tendências verificadas é a desarticulação da identidade nacional, que anteriormente era assegurada pelo domínio colonial. Esta tendência é evidente, porque o sistema colonial assentou sobre a dominação total de toda a vida administrativa, ou criava elites locais para dominar os outros povos, servindo com lealdade os seus senhores. Por isso é que uma parte significativa das nações africanas enfrentou guerras civis de cariz étnico após independência. Estes casos são mais visíveis no Burundi ou no Ruanda, em que o predomínio destas tensões étnicas herdadas do próprio colonialismo tem sido um obstáculo na concretização de uma identidade comum no território. Ainda noutros casos, o confronto entre islamitas e cristãos tem criado problemas tanto na governação como na afirmação de uma cultura dominante para congregar as diferenças. Mas no caso das colónias portuguesas, e especialmente Angola, este problema não tem sido motivo de alarme na persecução de um projeto nacional. Muitos analistas, aos quais este autor comunga a mesma ideia, dizem que o centralismo de governação colonial português foi desenhado de maneira a que as colónias servissem obediência direta à metrópole. Isto é, o processo colonial português não necessitou de conceber uma elite étnica para dominar as restantes, não deixando que posteriores pressões étnicas tivessem expressão dentro do território.

Porém, este argumento não é completo na sua análise mais micro sobre a consciencialização de uma ideia de nação mais lata, que foi capaz de sobreviver à transição de nação colonial para nação ‘dona-de-si-mesma’. Houve motivos que alimentaram essa ideia de uma nação capaz de eliminar as diferenças étnicas em nome de um bem maior, mesmo que isso implicasse a reconstrução da realidade através da elaboração de uma ideia que fugisse aos detalhes do quotidiano. A cosmovisão não sobrevive sem uma base material que lhe dê significado objetivo e sentido enquanto projeto social.

Desta maneira, propomos que o território angolano é de constante hostilidade com elites políticas locais conscientes da sua condição. Assim, o processo colonial e o

governo pós-colonial tiveram que apostar no exército como peça fulcral de funcionamento de todo o quadro imaginário da nação angolana. Porque o exército funciona como o prelúdio da consciência e obediência ao Estado e à Nação. No caso de Angola, mesmo que a nação seja predecessora do Estado, sempre houve uma bandeira que serviu de símbolo imaginário que os ligava ao Estado. Desta forma a passagem, ou as diferentes passagens, de bandeiras não implicaram num vazio de poder. O que aconteceu em Angola foi mais um problema de recursos humanos para a administração do que um esvaziamento de poder. Porque em rigor, os governos de Angola nunca deixaram de ter exércitos para defender o destino que as elites políticas traçavam, nem o programa de governação deixou de funcionar só porque o poder estava repartido por vários líderes militares. Os políticos, tanto no governo colonial como pós-colonial, sempre se serviram do exército para servir os seus interesses de governação, dando-se desta maneira a quase politização partidária das chefias de topo do exército. Mas isto é quanto à observação macroestrutural da governação e da tomada de decisões.

Quanto às massas populares, o facto de o exército aproximar-se de um lugar de destaque e de serviço ao Estado, serve como catalisador das suas paixões e egos. E ao mesmo tempo, cria nessas massas um espírito de serviço ao que consideram ser a sua pátria por herança directa. Principalmente num palco de hostilidade ideológico e bélico como foi o território angolano, esse sentimento de defesa do seu totem assume expressão maior. E na colónia angolana, a componente humana local para preencher o exército sempre foi um meio necessário, devido aos fracos recursos populacionais de Portugal. Esta necessidade aumentou quando a escalada de conflito se elevou dentro do território angolano, ao mesmo tempo que nas restantes colónias também se deu início aos movimentos de independência.

A utilização de contingente militar local sem a incorporação das massas populares excluídas foi um obstáculo que não ajudou muito a administração portuguesa na persecução dos seus propósitos. Erro que o governo pós-independência não cometeu, porque à medida que se foi construindo o exército nacional, foi-se incorporando as massas populares de dentro da sociedade. O exército em Angola tem tido a função de conduzir as massas para junto da direcção governativa, ao mesmo tempo que serve como propósito de sentido enquanto pátria. E como no exército nunca houve distinções étnicas tanto no período colonial como pós-colonial, foi fácil alimentar a ideia de nação, porque eram todos iguais independentemente da origem étnica.

Desta forma concluímos que a guerra foi um condicionante que determinou a construção e formação identitária, fazendo desta maneira com que os conflitos militares em Angola fossem mais de cariz político do que étnico. Porque na sua fase pós-independência, o MPLA separou-se tecnicamente do seu braço armado e tornou-se um partido político com vocação para governar, eliminando quaisquer sinais de etnicismo dentro da sua estrutura de governo, e dando deste modo ao exército a capacidade de se organizar a nível nacional.

Logo, dizer que o conflito militar em Angola esteve ligado a tensões étnicas é simplificar a análise sobre o assunto. O problema que conduziu o país à guerra esteve mais ligado a problemas de política nacional e internacional nas suas diferentes fases. E foi desta maneira que os políticos nacionais tiveram que ligar os interesses políticos com o exército, porque faz parte da génese da nação e do Estado angolano o controlo do exército. Poder-se-á com alguma justeza afirmar que tal procedimento pôde potenciar abusos de poder político por parte dos governantes, e que o exército não está totalmente ao serviço da nação mas sim do governo.

Sendo tudo isso verdade, também podemos verificar que em territórios em que a elite política é responsável pela unificação nacional, o exército não pode estar muito distante da alçada política, porque corre o risco de entregar o poder aos opositores. Ou em casos mais extremos, a desintegração territorial pode acontecer caso haja um afrouxamento da politização do topo do exército. Quem defende o oposto corre o risco de querer ocidentalizar os factos da sociedade angolana.

Porque um outro papel que o exército angolano tem tido desde a sua criação, foi o de integrar quer as massas populares quer os militares de outros movimentos. Mas isto é uma característica que tem acompanhado a vida do exército, porque mesmo no período de transição política, como no período de governação pós-independência, a intenção do exército nacional de Angola passava pela incorporação de militares dos três movimentos. Devido aos acontecimentos que se seguiram à independência tal objectivo não foi conseguido, sendo que em 1991 conseguiu-se incorporar uma parte do exército da UNITA no exército nacional, ficando a sua incorporação total concluída no final da guerra civil.

Em suma, o papel do exército na formação da identidade nacional não poder ser remetido para um conteúdo à margem dos grandes problemas que ainda afligem Angola. A permanência da paz só será possível e estável enquanto o exército estiver

totalmente formado para o papel para o qual foi criado, de incorporar e defender a nação. Mesmo que não haja uma separação nítida entre o militar e o político, não poderemos julgar isso como algo anómalo ou uma característica atípica do Estado angolano. Claro que isso pode prejudicar a evolução da desejável democracia que tanto se fala internacionalmente quando se fazem análises políticas. Mas como o Estado reflectiu sempre as ambições da elite, a democracia só se vai realizar quando as próprias elites políticas mudarem o seu paradigma de governação. E mais uma vez, o exército vai ser o denominador comum para assegurar todas as transições políticas para que nenhuma espécie de fundamentalismo político se aproprie da etnicidade para comprometer a unidade nacional. Isto não quer dizer que a nação enquanto sociedade civil não tem capacidade política para assumir transições de regime. Mas a realidade é que Angola não tem uma cultura política mais aberta na sua história, para poder mudar simplesmente de tipo de governo devido às pressões internacionais. Deveras, a fragilidade política da sociedade angolana é muito mais preocupante do que o regime de governação política.

Se a sociedade civil angolana e a comunidade internacional querem realmente a estabilidade política e a unidade territorial, têm que apostar no exército angolano como o ator fundamental para as mudanças políticas que possam advir em Angola. Tudo indica que grandes mudanças já estão a ser operadas neste sentido, com a introdução dos militares nos quartéis, e também com o papel que o exército angolano tem assumido na posição e política regional com que o Estado se tem conduzido nos últimos anos. A manutenção da obrigatoriedade do serviço e a possibilidade de carreira militar, vai a longo prazo distanciar cada vez mais a elite militar da elite política. Bem que, e não sejamos utópicos, o exército vai estar sempre subordinado à política. Mas no caso angolano, esse distanciamento entre as elites vai ser o único meio de garantir com sucesso a transição política necessária para um Estado de direito democrático.

3. O Estado angolano

O Estado é a organização política de maior importância quando estudamos territórios, povos e as várias variantes que complementam as relações entre a sociedade e o Estado. Poder-se-ia enumerar várias correntes que tentam descrever ou definir o Estado segundo as suas convicções ou ideologias, mas nenhuma destas estariam totalmente verdadeiras ou falsas. O Estado pode ter origem através de múltiplas maneiras e circunstâncias, que o torna difícil de catalogar segundo esquemas teóricos definitivos. A muralha que o próprio Estado levanta para proteger a sua existência inscreve-se dentro de pressupostos que estão na génese da própria apoteose que tenta passar para a sociedade nacional.

Por isso, há três ideias gerais de Burdeau, Weber e Nietzsche que são de valor para analisarmos o Estado angolano e as circunstâncias em que o mesmo teve que fundamentar a sua legitimidade e a sua capacidade de ordenação. Para Burdeau “o Estado é, no sentido pleno do termo, uma ideia” (1970: 16), porque foi a partir de um conjunto de decisões e interesses internacionais que foram lançados os alicerces para a construção do Estado angolano pós-independência. Mas este Estado herdou um território e uma Nação do qual não fora o criador, e cujo seu principal propósito era manter inalterável a herança colonial, ao mesmo tempo que combatia todas as forças centrípetas que tentaram destruir a Nação. Por este turno, o Estado teve que organizar-se segundo os preceitos weberianos, que “reclama com êxito o *monopólio legítimo* da coação física para a manutenção das ordenações” (2009: 83). Estas condicionantes do Estado angolano vai-nos ser de capital importância para percebermos os mecanismos sociais de fechamento que marca uma das características de governação do Estado.

À medida que o Estado ia implantando o seu poder, teve que recompensar as massas populares pelo apoio dado na tomada de Luanda, teve que ludibriar as mentes e a consciência de milhares de angolanos, para poder aplicar o seu programa. Como refere Nietzsche, o Estado é o “mais frio de todos os monstros gelados” (2008: 44), e o Estado angolano passou a oprimir quaisquer tentativas de liberdade individual em nome do bem coletivo, ao mesmo tempo que foi comprando a sociedade para poder governar. Todos estes aspetos serão retratados neste capítulo, de forma a melhor entender a forma de organização do Estado angolano, o seu poder dentro da Nação e as consequências sociais que este poder suscitou.

3.1. A formação do Estado em Angola no interesse do sistema internacional

O Estado é por excelência o empreendimento social mais bem-sucedido da história da humanidade, porque foi por intermédio deste que as relações sociais harmonizaram o interesse de vários homens numa só figura. No fundamento deste trabalho não iremos formular nada de novo, mas antes entender que a formação dos Estados no sentido lato do termo, como instituição vocacionada para exercer a violência legítima na concepção weberiana, nem sempre funciona ou existe simplesmente como projecto acabado de uma evolução qualquer. Porém, nos casos africanos, os Estados aparecem como acção exterior ao próprio desenvolvimento social. A verdade é que os Estados, na sua organização territorial, estão também tão dependentes dos acontecimentos externos, que muitas vezes a sociedade civil não consegue acompanhar a sua formação, notando-se um vácuo entre as instituições estatais e as aspirações sociais. A expressão de Georges Burdeau que o “Estado é, no sentido pleno do termo, uma ideia” (1970: 16), levar-nos-á a entender a panóplia de formações estatais que podemos encontrar nas diversas formas como ele nos é apresentado. Mas para o Estado ganhar força, a sociedade tem de respeitar a força que esta ideia exerce por si por meio das instituições que a representam, ou a sociedade tem de esperar dele o meio de coesão interna de que tanto necessita. Desta forma é que os Estados monopolíticos são realidades bem fundamentadas nas sociedades pós-coloniais, porque a força do Estado é fundamental para a união social. O Estado não pode exercer poder quando a sociedade civil não o aceita voluntariamente, ou não o reconhece como um bem maior para o seu bem-estar geral.

Na realidade angolana o Estado surge antes da Nação, e numa fase posterior a nação surge depois do Estado, devido às dinâmicas internacionais no qual estão envolvidos os territórios africanos no seu geral. E como temos vindo a retratar ao longo deste trabalho, o território angolano é uma criação internacional que condiciona muito as dinâmicas internas. Além de ser um território de criação internacional, a disparidade étnica é uma realidade muito bem gerida, o que fez com que os vários episódios de conflito bélico não levassem à desarticulação territorial. Isto quer dizer que a ideia de Estado em Angola não é propriamente uma ideia endógena, mas sim exógena, o que nos leva a deduzir que o Estado angolano é um estado de conveniência internacional. O uso deste termo não é de todo um uso corrente, mas é devido à incapacidade destes

territórios desenvolverem os seus próprios projetos de controlo e regulação da sociedade.

Na primeira fase da construção do Estado o que esteve essencialmente presente foi a dominação colonial, que obrigou aos vários poderes tribais subordinar a sua independência política num único centro. Porque é que devemos olhar o poder colonial como um proto Estado em Angola? Porque no início do seu domínio, o poder colonial teve que eliminar vários centros de poder para conseguir reinar. Isto é, a centrifugação do poder levou a que o poder colonial se comportasse como o ‘senhor da coroa’, querendo eliminar os seus concorrentes através das armas ou da vassalagem. Se olharmos com atenção o percurso que vai desde a chegada dos portugueses ao reino do Congo até à eliminação dos Cuanhamas, notaremos o mesmo processo da formação do Estado francês que Norberto Elias analisa no Processo Civilizacional. Ao fazerem alianças com os reinos que se submeteram ao seu domínio, e ao eliminar aqueles que não quiseram, os portugueses estavam a criar condições para a formação do Estado no território angolano. Mesmo tendo posteriormente o território ganho o estatuto de província, em rigor a mesma estava subordinada a um Estado, e este poder era exterior ao território.

Por este meio é que no século XX, quando surgiram os nacionalistas angolanos, eles não foram mais do que um resultado deste mesmo Estado. Mas como a sua criação foi de uma vocação internacional, a luta armada não teve um impacto tão directo dentro do território como teve fora dele. A consequência desta internacionalização da formação do Estado angolano é que este continua a ser tão dependente do exterior e fraco perante a sociedade, porque a sociedade não reconhece no Estado o seu interesse. E como assinala Heimer sobre o problema do Estado pós-colonial de Angola, o que caracteriza Angola é a “diminuição da capacidade/possibilidade de autorregulação” (1973: 626), porque o destino interno esteve sempre ligado aos destinos externos do território. Logo, a formação do Estado angolano respeitou a regra da dependência internacional, e tem levado continuamente a que os destinos do território estejam ligados aos decisores internacionais.

Esta tendência foi muito notória aquando da independência, em que a União Soviética e os Estados Unidos decidiram deliberadamente os assuntos internacionais do Estado angolano. Chegando ao ponto de Cuba e África do Sul acordarem tréguas sem que o Estado angolano estivesse directamente envolvido. E ainda é assim nos

acontecimentos que têm marcado a sociedade na sua relação com o Estado. Existe uma elite dominante no Estado que está intimamente ligada ao interesse internacional, e uma sociedade que não vê nos seus representantes diretos as suas aspirações enquanto Nação. É muito difícil neste contexto falar-se num Estado-Nação em Angola como o entendemos actualmente, porque o que entendemos como tal implicaria autorregulação interna. Mas a verdade é que tal não existe. O que há é um Estado ‘todo-poderoso’ que oprime qualquer tentativa de autonomia social. O que, bem analisado, é legítimo politicamente, porque o afrouxamento do poder do Estado dentro da sociedade implicaria no fim da própria Nação. Não devemos esquecer que o MPLA é por natureza um movimento internacionalista, que enquanto estiver a controlar o Estado não permitirá qualquer tentativa de autonomia social, porque a realidade angolana como sociedade civil é muito frágil, o que poderia potenciar separatismos numa sociedade tão distinta etnicamente.

Desta forma, e de acordo com a interpretação de George Burdeau de que “Nos Estados novos, tal como ele aparece no continente africano, é o Estado que deve fazer a nação” (1976: 41), claro que a concretização da democracia de Estado não pode ser ainda ambicionada no actual momento. Mesmo que internacionalmente se tenham feito apelos sobre as liberdades dos angolanos, as quais a sociedade quer, na verdade tal facto é inexequível dentro do teatro político angolano. Deste modo, estes factos só vêm garantir que mesmo a sociedade por vezes está tão imbuída com os modelos internacionais, que se esquece de olhar para os acontecimentos e factos de dentro.

Esta pressão que a sociedade civil faz porque tenta importar realidades exógenas ao território angolano, faz com que a elite que está a controlar o Estado vá manipulando acontecimentos para mostrar internacionalmente que o Estado está a alterar a sua estrutura monopolítica, quando na verdade vai legitimando o seu próprio poder, porque está a jogar dentro do sistema eleitoral e democrático. E é desta forma que podemos compreender as várias transições políticas que foram ocorrendo nos últimos anos, em que passamos de um Estado-partido monopolítico para um Estado-partido hegemónico.

A realidade angolana enquanto entidade política é tão complexa, que muitos dos seus analistas levantam questões sobre o que seria o melhor e não a realidade, e isto poder-se-á notar explicitamente em Daniel dos Santos, em que em determinado momento da sua análise sobre a democracia e a justiça em Angola, argumenta que “Deve-se, entretanto, distinguir o projeto de uma classe social angolana do projeto da

nação” (2001: 107), quando sabemos que historicamente a criação da Nação e até do Estado, estiveram sempre ligadas ao destino de uma classe social, e que o destino desta classe esteve intimamente ligada a interesses internacionais. A justiça e a democracia é miragem de uma elite que, devido aos seus dividendos políticos, tenta incorporar a sociedade que apoiou politicamente no centro do poder político, mas não no centro das decisões. Em Angola, a elite política não tem um dividendo com a sociedade, mas antes de tudo a legítima vocação de manter a herança colonial, porque foi a elite que se apropriou do Estado colonial que conquistou o poder. Deste modo, o Estado não deve nada à sociedade. E desta maneira concordo plenamente com Daniel dos Santos, que a “construção da nação angolana exige a unificação e a organização do espaço herdado...” (2001: 107). E a unificação de um espaço que não tem a cultura democrática não pode ser feita com tais preceitos.

Outro traço que não se deve esquecer quando analisamos o Estado angolano é a sua forma de governação centralizada. As alterações de modelos de Estado colonial para pós-colonial não implicaram a alteração vertical das relações entre Estado e sociedade. Porque tem-se repetido continuamente o erro de ver o processo angolano como um acontecimento autónomo, e isso não é de todo verdade. Heimer compreendeu bem isto ao prever que na sociedade angolana pós-colonial permaneceria “uma «superestrutura» ideológico-cultural, do domínio do «centro»” (1973: 639). Quanto à análise sobre o comportamento dos nacionalistas na atualidade, tivemos o cuidado de indicar a negação da liberdade religiosa, propriamente em relação ao Islão. A configuração do centro de poder angolano é ainda uma reprodução da governação centralizadora de Portugal colonial, e como refere Heimer, “...em Angola, pouca ou nenhuma dominação se verifica de uma etnia sobre a outra – resultado de uma época em que o monopólio da dominação foi assumido pelo «sistema central».” (Ibid.: 648). Isso leva este predomínio do controlo do Estado sobre a vida social, e é a própria força de coesão do mesmo; a descentralização seria quase o suicídio de toda a herança político-cultural de Angola.

Manter a herança nos Estados pós-coloniais implica na anulação de qualquer individualidade social que possa surgir e, em casos extremos, a opressão das liberdades. Mas mesmo assim, a nível africano, Angola tem sido o país em que quando a sociedade é oprimida, isso está mais ligado a acontecimentos políticos do que étnicos. O que pode mostrar que a manutenção do território e a sua diversidade tem-se conseguido mesmo em prejuízo dos critérios de liberdade.

Com isto poderemos fazer um esboço geral das tendências do Estado angolano, em que o predomínio das classes é determinante para a vida da sociedade, e que a sociedade é o resultado de uma construção classicista. Devido à cultura política de dependência externa, até que haja um interesse internacional sério para mudar a elite que se apropriou do Estado levará algum tempo. Mas uma intervenção externa ao Estado angolano poderá levar a consequências sérias, porque ainda não se sabe até que ponto a unidade interna está solidificada. E para todos os efeitos, o MPLA tem mostrado uma laicização étnica do seu regime, o que tem que ser considerado, porque um dos problemas que tem assolado muitos conflitos civis em África é esta frágil separação étnica em relação ao poder. Nas negociações de independência, esta foi a arma de poder do MPLA e da sua elite política, sendo que o MPLA continua a ser o poder político mais organizado internamente, devido ao carisma do movimento, e internacionalmente é o partido com maior aceitação. Com tudo isto, a democracia do Estado continua a ser uma miragem sem força política que a sustente.

3.2. A cultura de Estado centralizado em Angola na herança da cultura colonial

Quando pensamos estudar os Estados pós-coloniais, devemos olhar para as heranças que os antigos colonizadores deixaram e a forma como as próprias elites adequaram as estruturas coloniais para servir a nova realidade. Os nacionalistas que se apropriaram da vida política de Angola não eram culturalmente africanos; muitos deles até estavam muito mais próximo da cultura portuguesa do que propriamente das suas raízes. Mesmo aqueles que saíram das periferias do sistema, ao chegarem ao centro tiveram que adotar uma nova abordagem devido à sua ligação com o socialismo soviético. Isto aconteceu porque os universos políticos destes agentes políticos não estavam e nem poderiam estar muito distantes do que era português. O caso angolano é um tipo ideal de reprodução das estruturas coloniais na sua vida independente.

A centralização do sistema e as forças exógenas que estiveram perto dos movimentos não estavam propriamente a pensar numa sociedade democrática tipo liberal, mas acima de tudo estavam à procura de manter os seus interesses inalteráveis com a mudança política que estava a ocorrer. Devido à sua fragilidade política no período pós-colonial, Portugal não teve força para assegurar os seus compromissos assumidos da transição pacífica e gradual. A pressão internacional e o programa do MFA não encorajavam nenhum decisor político a prosseguir com responsabilidade os

seus propósitos. Com todas essas azáfamas, os portugueses procuraram entregar o poder ao movimento que melhor garantisse a continuidade da cultura portuguesa em Angola, e com isso, nem as regras de eleições para formar Assembleia Constituinte foram maiores que o interesse de manter intacta a construção cultural portuguesa no território angolano. Desta maneira, ao entregarem ao poder ao MPLA, a elite portuguesa sabia que estava a salvaguardar os interesses culturais na ex-colónia.

Mais do que salvaguardar a cultura, Portugal estava a dar legitimidade ao poder monopartidário, contudo de tendência internacionalista. Não devemos olhar para esta cultura política como um processo negativo ou que pudesse comprometer qualquer quadro de justiça social. Devemos ter em conta “a extrema estratificação, ligada a formas pronunciadas de dominação” (Heimer, 1973: 650) e formação da unidade social. Porque em Angola, o Estado é por excelência o criador da nação, e isto explica o porquê de o sistema central de poder ter dificuldade em alterar-se. Devido ao Estado ter sido o maior dinamizador das alterações quer sociais e políticas, a sociedade civil não fomenta estas mudanças mas aproveita-se delas para seu benefício próprio.

E este facto é quase transversal em toda a história política e social de Angola deste a independência, com o Estado e as elites dominantes a gerirem as mudanças internas. Poderemos constatar estes factos nas sucessivas alterações constitucionais ou de sistema político, em que o Estado foi alterando as suas estruturas externas, mas mantendo quase inalteráveis as suas estruturas internas. Essas alterações não tiveram como base a sociedade civil, mas as negociações políticas que mudaram as suas estruturas externas para corresponder às pressões externas.

Na mudança política do início da década de '90, o processo de paz foi o sinal mais evidente de que a realidade política de Angola vive da aparência, que o Estado vai gerindo dentro do interesse da elite governante. Dando a ideia de um estado que tem a obrigação de servir os interesses dos seus construtores. Essa espécie de *estado é nosso*, tem a sua génese na forma como o MPLA chegou ao poder. O movimento conquistou-o pela força das armas; logo, quando um dos contendores vence o vencido tem que entregar todo o seu aparelho mesmo contra a vontade. No caso de Angola, esta rígida centralidade de governação foi mais agravada devido à guerra civil que se seguiu, e que não deu a possibilidade à sociedade civil de se organizar politicamente para poder fazer frente a qualquer tentativa de arbitrariedade política do Estado.

Se o conflito interno reforçou o sistema central, a falta de compreensão externa sobre a realidade angolana contribuiu positivamente para a consolidação da cultura política herdada do processo colonial. Primeiro, porque o MPLA era pró-soviético, e o sistema político soviético era caracterizado pelo Estado forte. Contudo, esta simples equação não nos é suficiente para concluirmos o resultado final de todo o processo de centralização política. Porque o Estado angolano é predominantemente constituído pela construção imaginária da libertação, o que significa fundamentalmente a liberdade das várias etnias de Angola. E como é sabido historicamente, no desenvolvimento do conflito de libertação foram surgindo nacionalistas étnicos como a FNLA, a UNITA e a FLEC. Em rigor, isso significaria o desmantelamento territorial e o fim de toda utopia imperial portuguesa. E externamente, no conflito entre a União Soviética e os Estados Unidos, propôs-se a divisão de duas zonas de influência, em que o MPLA ficaria com o norte e a UNITA com o sul. Mas como foi que o MPLA conseguiu enfrentar todos estes obstáculos para manter a cultura do sistema político centralizado?

A nossa resposta a esta pergunta levar-nos-á a equacionar dois pressupostos base que estão na própria génese do MPLA: é um movimento de massas urbanas e é um movimento de tipo internacionalista. Como nos refere Hall e Ikenberry na sua abordagem sobre a construção das nacionalidades em África, a “construção de Estado e nação nestes artifícios geopolíticos são absolutamente de massas” (1989: 126). O MPLA foi um movimento que conseguiu superar os seus obstáculos militares e sociais porque foi um movimento essencialmente urbano e que teve apoio das massas que viviam na periferia dos centros urbanos e fora do sistema político colonial. A seguir à independência, esta característica permaneceu porque o MPLA tornou-se num partido das massas que representava o proletariado angolano. Como todos os partidos de massas, o misticismo e a hierarquia vertical fazem parte do estilo político da elite governante, e as massas aceitaram de bom grado este tipo de estrutura porque viam na elite política os seus representantes legítimos. Por outras palavras, as massas acreditaram e esperaram neles porque aqueles que estão no poder são filhos das massas, capazes de sentir as suas próprias dores. Foi deste modo que o MPLA conseguiu mobilizar as massas para o tipo de cultura política que não estava distante da anterior estrutura; mas como os representantes eram negros, as massas depositaram maior confiança e fé nestes.

O segundo pressuposto da nossa pergunta está de acordo com a abordagem dos nossos autores já referenciados, que no sistema internacional tem-se confundido o “socialismo de Estado” (ibid.: 164) com o nacionalismo, e que de alguma forma essa confusão foi motivo de desgraça de muitos povos africanos. O que se passou em Angola foi que o Estado tornou-se nacionalista, o que não era de estranhar porque o MPLA era um movimento nacionalista que estava a combater outros tipos de movimentos nacionalistas que existiam no território. A entrada de cena das potências só agravou esse nacionalismo de estado, extremando a posição de cada um dos movimentos, o que levou ao agravamento das relações entre Estado e sociedade civil. As intervenções externas mostram uma ingenuidade em relação aos assuntos internos de Angola, esquecendo que o Estado é guardião da identidade nacional. Esta retórica ainda é bem visível no preâmbulo da Constituição de 2010, em que o Estado compromete-se a defender “os valores e princípios fundamentais da Independência, Soberania e Unidade do Estado democrático de direito,…” (2010: 4). Deste modo poderemos ver o quão importante é um Estado centralizado e forte para manter a Nação angolana e as fronteiras territoriais.

Com isto, a reprodução do sistema central tem sobrevivido devido mais às pressões externas que têm assolado o país do que às pressões internas, que em última análise são mais resultado dessas forças externas. Enquanto a sociedade angolana não estiver reconstruída, o sistema central é de extrema importância para a criação de mecanismos sociais que actuam como agentes de formação e instrução. Desta forma, falar de liberalização política ou social é precoce numa sociedade em que o nível de escolaridade é baixo, e que a qualidade de ensino não satisfaz às dinâmicas internacionais sob as quais os estados nacionais têm que viver. Para a consolidação da democracia na sociedade angolana é preciso que a cultura política se altere, e para isso a mudança não tem que vir do Estado mas sim da sociedade. Na realidade angolana ainda não há uma adesão suficiente para esta alteração, mesmo com as recentes manifestações de jovens em Benguela e Luanda. Na verdade, a sociedade geral ainda tem medo de qualquer alteração política que possa reacender de novo o conflito militar, o que nos leva a ter alguma cautela sobre as manifestações e os seus resultados concretos.

Se até agora temos analisado a sociedade e o Estado, há outro elemento tanto político como social que tem ganhando algum protagonismo nos problemas na vida quotidiana dos angolanos: a economia. Nos últimos anos, Angola tem marcado as manchetes de jornais, atraindo para o território investidores e empresas. Este

investimento tem dado um novo rumo e uma nova pujança à sociedade e aos políticos, que tentam resolver as suas contendas agora pela via do diálogo em vez de pelas tradicionais forças militares. Este passo foi reforçado com a aceitação dos resultados das últimas eleições, na qual a UNITA reconheceu a derrota e aceitou livremente preencher os lugares que estavam destinados na Assembleia. Contrariando a tendência deste movimento em relação aos resultados eleitorais de 1992 que conduziram Angola de novo para a guerra civil, isto mostra as alterações que este movimento tem sofrido e que nos leva a questionar se trataremos a UNITA como um movimento ou como um partido político.

Na verdade, todo este processo de mudanças que os angolanos têm assistido nos últimos tempos levanta questões importantes, principalmente quando o impulsionador destas mudanças é o próprio Estado. Qual será o papel destas mudanças no reforço da legitimidade do Estado e da elite governante? Um dos pressupostos da governação dos estados fortes ou centralizados é amansar a sociedade, comprando-lhes as aspirações individuais com a generalização do acesso a consumo material. E isto é devidamente simples numa sociedade que durante décadas viu-se privada das mais básicas necessidades devido ao conflito militar. A introdução de políticas socioeconómicas serve deste modo para manter a ligação/dependência da sociedade civil ao Estado. Esta realidade não é de todo nova na política angolana, como salienta Daniel dos Santos, pois “Após a independência, os Estados centrais intervêm regularmente na vida económica, política e cultural de Angola para estabelecer e para preservar as condições de reprodução do sistema.” (2001: 114).

A mesma análise é confirmada por Heimer que destaca a tónica que o “desenvolvimento económico foi, até ao momento, concebido e praticado em termos de desenvolvimento do «sistema central»” (1973: 651). Esta prática de governação económica não é uma novidade na história política dos diferentes Estados, mas antes de os mercados internos e internacionais surgirem, foi preciso a intervenção do mesmo para criar condições necessárias para expor o país e a sociedade civil na competição. E se a nova realidade económica, como assinalámos no parágrafo anterior, tem a ver com a dominação social, seria incompleta a nossa interpretação e análise dos acontecimentos que têm marcado a realidade internacional e da maioria dos estados africanos na actualidade.

Na actual conjuntura, os estados africanos, dos quais Angola faz parte, foram obrigados a aceitar as regras implantadas pelo FMI para poderem receber apoios financeiros desta instituição. Isto acarretou a diminuição das políticas sociais que são tão importantes para manter a unidade dos mesmos estados. Na verdade, os tecnocratas internacionais não tiveram em consideração a necessidade destes estados em manter fortes políticas sociais, principalmente com a educação e saúde, para superarem o atraso a que estes povos estão sujeitos em comparação com os seus congéneres Ocidentais. No fundo, o que se criou com a política de liberalização em África foram condições de fragilidade do estado, dando abertura ao surgimento de corrupção política, e senhores de guerra que comprometeram a manutenção destes mesmos na ordem política africana.

A política angolana nesta questão foi hábil, alterando as políticas sociais com o incremento da prosperidade social. Nos últimos anos, para poder responder a esta prosperidade, o Estado angolano permitiu a abertura de inúmeras escolas e universidades privadas, criando uma fronteira social mais nítida desta nova realidade. Porque a escola pública, com excepção do ensino público superior, passou a ser o espaço dos alunos economicamente mais desfavorecidos. Esta nova versão da política do Estado poderá ter consequências para a unidade do povo angolano, além de que cada vez mais vai-se perdendo a capacidade de o Estado criar uma cultura nacional. Mas económica, e também politicamente, a adoção desta política internacional vai ter consequências para as gerações vindouras, nas quais se deveria apostar agora. Porque pela primeira vez na história pós-independência, os angolanos estão a ter a oportunidade de serem donos dos seus próprios destinos. Esta mesma preocupação sobre o destino dos angolanos é partilhada pelo escritor angolano Pepetela, que refere que “O número de estudantes universitários cresceu exponencialmente, mas será que têm capacidade para compreenderem o que se ensina? O futuro joga-se aí, na formação das novas gerações. O discurso oficial é bom, a prática revela outra coisa.” (Fernandes, 2014: 9).

Em rigor, quando o governo abre mão da educação, está a esvaziar o seu monopólio que é levar a que as construções ideológicas e simbólicas estejam nas mãos de outros agentes, o que poderá exprimir em último recurso a desunião da própria nação. E deste modo adiar de novo a desejada independência que os angolanos ambicionaram em 1975.

Em suma, a centralização do poder angolano reúne aspectos de herança colonial e dinâmicas políticas que surgiram pós-independência. O Estado centralizado foi

importante para a unidade nacional, mas isto significou que os sentidos de todas as mudanças sociais estivessem subordinados às mudanças impulsionadas pelo próprio Estado. Este processo histórico levou à fragilidade da sociedade civil, e proveito de um Estado forte e dirigente, que reprimiu qualquer tentativa de autonomia da sociedade. Os aspectos negativos desta centralização não são propriamente reflectidos na elite dirigente mas na sociedade, que vê as suas aspirações limitadas nas decisões políticas. Mas a unidade da nação é um bem maior para os povos angolanos, e a cultura de liberdades individuais ainda não é uma realidade conhecida pela maioria destes. Com isto, a necessidade de um Estado centralizado é necessário para a própria sobrevivência da identidade angolana.

3.3. Legado colonial na formação da identidade nacional: mapa e língua

No estudo que temos vindo a fazer sobre a formação da nação e do Estado angolano, o que tem tomado maior destaque é a identidade e a forma como esta se manteve em todo o período colonial, bem como a continuação da mesma pós-colonização. Neste propósito utilizamos variáveis como a identidade nacional, as decisões políticas e as elites nacionalistas para procurar nelas o *modus vivendi* de povos tão diferentes do território que se tornou a nação angolana. Mas a construção das identidades culturais são construções artificiais, sujeitas a critérios que se distanciaram das bases culturais autóctones, o que leva a questionar a manutenção da mesma como identidade nacional de muitos povos.

Sabemos que as fronteiras sociais foram e são muito acentuadas, o que nos poderá levar a levantar muitos problemas técnicos sobre a aceitação e legitimação das instituições, bem como questionar a viabilidade delas a longo prazo. Mas o projecto imaginário do imperialismo português e a luta de libertação imaginária dos nacionalistas, são elas mesmas tão abstractas como a construção da identidade angolana. Há em toda a configuração identitária angolana a componente abstracta, que nos leva a criar a conclusão de que o controlo/poder simbólico foi o âmago de todo o processo que resultou na cultura angolana. O mesmo nos refere Isabel Henriques, acerca de “o mapa e o território esquecendo que o mapa não é mais do que um sistema simbólico” (2003: 4).

À medida que os países africanos, em especial Angola, entravam para o processo de descolonização, crescia a necessidade de formar instituições capazes de garantir a

coesão e unidade da comunidade humana e territorial. Como se formariam as novas nações saídas de guerras anticoloniais? Os novos governantes depararam-se com problemas que, pela sua natureza, seriam incapazes de eliminar da história. Os povos que se iam emancipando “entraram na era da reprodução mecânica” (Anderson, 1991: 221) do legado colonial.

Ao mesmo tempo que o território foi alcançando a sua autonomia política, os novos políticos não acabaram propriamente com a cultura colonial, mas aplicaram as anteriores concepções culturais na nova realidade do país. Deste modo, a defesa do mapa e língua portuguesa foi um meio que a elite política angolana teve a necessidade de preservar a todo o custo para manter o território, mesmo que isso significasse o abandono da liberdade contra os colonizadores. Se houve algo de novo, foi um abandono do modo político e não cultural e estrutural do antigo regime, e as formas simbólicas do antigo regime foram fundamentais para a elite local poder dar continuidade à nação. E com isto poderemos perceber porque é que a democracia e a liberdade que estavam a ser discutidas nos acordos de independência não foram praticadas na realidade: a aceitação de um processo democrático nos primeiros anos de independência traduzir-se-ia ao fim do próprio território angolano enquanto nação.

Angola herdou o mapa colonial e manteve-o sem alterações. As fronteiras políticas foram constituídas depois do fracasso do Mapa Cor-de-Rosa, e mantiveram-se até ao final da colonização. Com o fim da presença Europeia poderia ser que os povos, anteriormente divididos, reivindicassem os seus territórios ou as suas heranças tradicionais. Porém, não houve um retorno às origens, mas um verdadeiro reforço das fronteiras terrestres do passado colonial. Se houve um processo de modernidade nos países africanos, na sua generalidade aconteceu precisamente com a vaga da descolonização.

Com isto, o fito da problemática das fronteiras não foi factor do surgimento de conflitos civis. Houve até um reforço patente para o nacionalismo e a protecção do território que agrupa uma diversidade de raças e línguas. Já que o mapa não foi um problema, a língua no início foi um quebra-cabeças para os movimentos que conseguiram o controlo do Estado e a aceitação internacional. Num momento em que o poder opressor é vencido, pressupõe-se a renegação de toda a sua presença ou herança. Porém, no caso de Angola, as elites políticas que controlaram o poder cedo perceberam

a importância de manter a língua colonial. No dia 11 de Novembro de 1975⁷, Agostinho Neto deixou patente a necessidade de criar “um só povo uma só nação” num país tão diversificado etnicamente; isto é, com uma língua de unidade nacional. O impacto desta primeira fase da formação de uma nação, sem passar por um processo longo, exige uma exclusividade e contenção na racionalização dos factos. Porém, o fraco uso da língua colonial entre os povos foi um problema acrescido, porque durante o processo de colonização não foi dada a devida atenção à colonização cultural.

A obrigatoriedade da escola para eliminar o analfabetismo foi um procedimento de unificação do povo através da língua. A temática ideológica reforçou a necessidade dos cidadãos estudarem para aprender a ler e a escrever para o “bem do povo”, e a propaganda oficial galvanizava a obrigatoriedade com o *slogan* “estudar é um dever revolucionário”⁸. Por detrás do vigor ideológico está o principal âmbito da política do Estado, unificação e unidade dos povos dentro do território. Em termos de sistema de partidos, a confiscação do poder num único e o carisma dos líderes políticos foram fulcrais para “despertarem um sentimento nacional mais vasto de comunidade” (Schachter, cit. Lipset, 1992: 166), e para criarem laços de comunicação através das populações territoriais e étnicas.

O mapa e a língua colonial foram os fomentadores da criação da nação angolana. Todavia, o Estado angolano é o tipo ideal de poder que desenvolveu a nação, incrementando um exército nacional e um sistema de ensino gratuito e acessível a todos, sendo a Língua Portuguesa a língua oficial e de excelência em todos os sectores da sociedade, independentemente da origem étnica ou social.

Em suma, a formação do território (mapa) e língua (identidade linguística nacional) de Angola é herdado do colonialismo, mantendo-se sem alterações e

⁷ Neste contexto da história de Angola foram declaradas duas independências. Uma em Luanda no dia 11 de Novembro pelo Presidente do MPLA Dr. António Agostinho Neto, e outro no Huambo (antiga Nova Lisboa) pelo Presidente da UNITA Dr. Jonas Savimbe e o Presidente da FNLA Holden Roberto. Ficando conhecida na história nacional como Angola do Norte, comandada pelo MPLA, e Angola do Sul, comandada pela UNITA e FNLA. O que leva muitos investigadores a considerar a guerra civil como resultado de conflitos étnicos, não sendo verdade, porque a guerra civil de Angola foi a confrontação de dois exércitos que se empenharam na tomada do poder. Todavia, o escritor angolano José Eduardo Agualusa, na sua obra “Barroco Tropical”, diz que “um só povo, uma só nação” destruiu toda a cultura angolana. Tirando o sentimento de herança ancestral, a formação do Estado passa por eliminar qualquer vestígio que possa prejudicar a unidade.

⁸ Este *slogan* foi muito difundido na contracapa dos livros escolares em Angola até à década de ‘90, sendo que com o acordo de paz de 1991 foi retirado dos manuais escolares. Mas ainda se encontram muitos livros destes a circular em Angola. Na verdade, o conteúdo de propaganda de unidade nacional e pró-socialista continuou a ser instruído, principalmente nos livros de Língua Portuguesa, que manteve o mesmo discurso e as mesmas leituras.

politicamente necessário para a unidade nacional. A língua é, *per si* elemento central da gênese da identidade nacional e cultural perante a heterogeneidade étnica.

CONCLUSÃO

Este trabalho surgiu no momento em que o continente africano, e em especial Angola, mostra sinais de entrar numa nova fase da sua construção enquanto unidade política. Depois de um período em que o interesse de Angola no sistema internacional balizou-se na luta entre as potências, surge na actualidade a importância de estudar os fundamentos da identidade angolana para compreendermos a formação da Nação e do Estado. O continente africano, pelo facto de a sua história moderna estar ligada ao imperialismo dos países da Europa Ocidental, teve durante muitos anos um sentimento entre os angolanos de que Angola não tinha história nem nada de novo para apresentar ao mundo. Este abismo tem a sua justificação e pertinência científica quando nos deparamos com a violência que os povos do território angolano tiveram para formar a sua identidade como Nação.

O debate sobre a génese da Nação angolana e a sua identidade vem ganhando ultimamente um novo conteúdo devido à introdução do mito da rainha Ginga como promotora da Nação angolana. Esta tendência só mostra que as elites angolanas entraram num período em que estão a tentar afastar-se do seu passado histórico, criando uma nova narrativa para satisfazer um programa identitário que esteja ligado ao interesse do Estado. Mas esta narrativa não tem nenhuma razão histórica e factual, porque os diferentes povos de Angola poderiam invocar outros reis que resistiram à penetração do imperialismo português; como título de exemplo, Manbume, rei dos Kwanyama. Esta tendência de legitimar a rainha Ginga como o zénite da Nação e da identidade angolana não corresponde aos factos.

Através dos fatos históricos deu para perceber que a Nação angolana é anterior ao Estado, porque no argumento mais lato de nação, a Nação angolana não foi mais do que uma extensão da Nação portuguesa durante séculos. Este projecto tem a sua génese nos primórdios do expansionismo imperial português, que pela sua relação com os outros estados da Europa Ocidental, arquitectou naquele território dividido por uma panóplia de culturas e tribos, um único povo. Criando desta forma uma cultura única que ligava os vários povos, e estes estavam directamente ligados a Portugal. Para isto foi importante o sistema internacional que vigorava naquela momento histórico, bem como a cultura política portuguesa de poder centralizado, que subordinou as várias etnias a um único centro. Assim sendo, evitou-se qualquer fuga de autonomia étnica ou

de qualquer espécie de selecção étnica, originando um tipo de império que refreou qualquer potencial de conflitos que pudessem pôr em causa o projeto imperial.

E esta característica peculiar do império como vocação chegou a ser mais eficiente do que as perspectivas dos outros tipos de impérios, que olhavam para os territórios coloniais como um braço das suas indústrias. Portugal, a bem dizer, não possuía um poder industrial que justificasse a sua presença em África, mas a forma como alegou o seu direito de império vai ficar marcado na história da humanidade, como o império exclusivo de formação simbólica de um território. Contudo, esta perspectiva é ela mesma recheada de perigos para a sociedade portuguesa, porque até hoje ainda notamos um certo saudosismo das suas glórias ultramarinas na sociedade. Na sociedade angolana, o imperialismo português revestiu um prestígio sem precedentes, ao manter o seu legado cultural mesmo depois do abandono do território.

Porque os movimentos nacionalistas aperceberam-se cedo da importância e do valor da manutenção da herança cultural para perpetuarem a Nação angolana como identidade única, os nacionalistas pegaram nos quadros simbólicos e nas estruturas coloniais para manter a identidade da Nação. A *angolanidade* como identidade de todos os povos não foi mais do que reafirmar o projeto colonial português. Porque Angola não existia enquanto Nação antes dos portugueses; é um *post factum* na constituição dos povos que passaram a incorporar a Nação angolana.

Não houve nenhuma tribo ou rei tribal com tamanho poder para formar um mapa tão abrangente como aquele que os portugueses desenharam para formar o território e administrá-lo através de uma máquina estatal eficiente. Logo, a Nação angolana é um projeto internacional que respeitou as regras da ordem internacional vigente, a saber, o imperialismo. Isto explica directamente o comportamento dos nacionalistas locais ao reproduzirem automaticamente todo o projecto colonial. É que a Nação angolana não pôde resistir a nenhuma componente africanista, porque ela não foi criada dentro de um quadro simbólico africano. Ela não é africana na sua génese, e qualquer tentativa de africanização da Nação implicaria no desmantelamento territorial, com graves prejuízos para a identidade da Nação. Mas isto tem implicação negativa para a cultura africana local, levando a que os povos africanos abandonem a sua cultura para estarem ligados à cultura do centro. E este fenómeno ainda é visível na sociedade angolana, quando as novas gerações cada vez mais distanciam-se do seu legado cultural africano, e abraçam voluntariamente a cultura colonial para não serem excluídas.

Se esta tendência se mantiver, a longo prazo vai manifestar o fim de qualquer rasto de Africanidade na sociedade angolana, com danos irreversíveis não para a identidade, mas para a própria africanidade do território. No trabalho, esta tendência foi assinalada como um processo positivo porque vai implicar na solidificação das próprias estruturas internas. Mas também não poderemos descortinar se esta mesma tendência poderá fomentar o aparecimento de fundamentalistas dispostos a preservarem a sua herança africana, pois isto ainda só poderá ser olhado na perspectiva de potenciais consequências, e não como uma realidade que os angolanos estejam a viver.

Mas, mais uma vez, o perigo poderá vir de fora do contexto da sociedade civil angolana. Ainda há bem pouco tempo, o Islão teve que ser proibido pelo governo devido às consequências que poderiam advir na unidade do território. O Islão não é uma cultura que tenha um passado relativamente longo na sociedade angolana, mas a verdade é que o aparecimento deste na sociedade pode ter implicações sérias para o futuro de Angola. Porque a sociedade angolana foi unificada na fé pelo cristianismo apregoada pelos portugueses, a qual teve um papel importantíssimo na culturalização; a infiltração do islamismo na sociedade poderá criar um bloco cultural alternativo que poderá a longo prazo criar conflitos internos. Distanciando-se do quadro das liberdades, a negação do Islão é um bem maior para a sociedade angolana.

E sobre a articulação do exterior para empreender mudanças internas, as elites nacionalistas angolanas estão bem cientes disto. Porque o processo político que conduziu Angola à independência foi jogado no exterior, e foi no exterior que as grandes decisões e soluções sobre o território foram afirmadas. Deste modo, o que se passa internacionalmente ainda continua a ter um peso significativo na vida interna do próprio Estado. E foi a partir daí que concluímos que, como a Nação, o Estado angolano tinha sido criado por conviência do sistema internacional, originando desta maneira que o Estado fosse forte internamente e fraco externamente. Forte internamente, porque o Estado tinha que assegurar a Nação e unificá-la pela força que ele possui; e fraco externamente, porque o seu destino internacional esteve ligado ao centro de decisão do sistema internacional.

Mas esta característica foi agravada devido à dependência externa que os movimentos nacionalistas tinham na sua procura de alianças internacionais. E foi a partir deste pressuposto que afirmamos no trabalho que a internacionalização da guerra civil foi fomentada pelos movimentos nacionalistas. Porque ao não terem força interna

para combaterem o regime colonial português, procuraram internacionalmente encontrar meios de combater o imperialismo através de máximas morais e ideológicas que as Superpotências defendiam. Ora, isto implicou que o destino de Angola ficaria nas mãos das potências daquele movimento que tomasse o poder, e assim aconteceu. Angola tornou-se dependente do bloco socialista, porque o MPLA foi o movimento que conquistou o poder do Estado no período que se seguiu à independência. Gerando desta forma o conflito entre os movimentos e as suas alianças, que quase comprometeram a identidade nacional.

Este comprometimento não foi mais longe porque o movimento que conquistou o poder, pela sua natureza, apostou no internacionalismo. Mas isto teve efeitos sobre a relação do Estado e a sociedade civil, o que ainda é muito visível na sociedade angolana. Como o Estado teve que apostar toda a sua força na manutenção da Nação, a sociedade civil foi sufocada pelo Estado. O Estado começou a comandar toda a vida social através dos meios institucionais e reprimiu, e ainda reprime, qualquer tentativa de autonomia social ou liberdade individual.

E indo mais a fundo, a própria sociedade civil não tem força suficiente para enfrentar o poder do Estado, porque todas as alterações sociais são impulsionadas pelo Estado e para o Estado. Com isto quer-se dizer que as mudanças sociais que ocorreram nos últimos tempos não foram obra de agentes sociais que estão fora do poder estatal, mas foi a elite política que, para respeitar a sua agenda internacional, alterou certos conteúdos de governo, mas não a sua forma de governação. Por isso é que se notará nas várias alterações que foram surgindo, por exemplo no sistema de partido único para o multipartidarismo, que o MPLA continua a ter o poder de manipular a realidade sem mudar a natureza.

Claro que este tipo de poder centralizado tem resultados negativos, mas devemos considerar se a democracia também seria boa neste momento para os angolanos. A democracia é um modelo político como qualquer outro modelo, que teve o seu êxito numa determinada cultura, podendo ser fatal para outras culturas. Principalmente para culturas como a angolana, em que a sociedade ainda não teve tempo de organizar-se suficientemente para poder tomar as responsabilidades necessárias que o regime democrático exigiria. E ainda é muito cedo para os angolanos qualquer alteração brusca, porque vivem com o medo de voltar de novo a ter um conflito civil no seu território. Ainda vivem da desastrosa tentativa de democratização que ocorreu em 1992, e que

levou os angolanos a enfrentarem de novo a guerra civil; e para muitos foi penosa, porque a anterior guerra tinha-se passado essencialmente nos matos. O conflito de 1992 apanhou quase toda a sociedade desprevenida, além de ter sido mais sanguinária porque ocorreu dentro das cidades.

Todavia, o projeto de Estado e Nação de criação internacional continua a manter o seu legado no moderno Estado angolano. Este fenómeno é mais notado no mapa e na língua, que após trinta e nove anos de independência mantém-se inalterável na realidade. Os próprios angolanos consideram ser tão suas estas construções internacionais, que não questionam a sua permanência; por outras palavras, é um dado adquirido entre as novas gerações. Tudo aponta que a solidificação está em boas condições devido à construção social que se tem verificado nos últimos tempos, em que a circulação interna incrementa interação entre os angolanos, e é neste aspecto que a língua portuguesa toma maior importância como motor de vinculação nacional. Caso se desse a regressão deste processo linguístico, é quase certo que não estaríamos a fazer um estudo sobre o Estado e a Nação angolana. Com isto não estamos a dizer que houve uma cópia integral do português de Portugal na sociedade angolana. Na própria construção da Nação angolana, o português foi sofrendo alterações, levando a que houvesse a africanização do português. E neste aspecto concordo com os primórdios do nacionalismo angolano, ao defenderem a *angolanidade* como uma cultura própria dos povos angolanos.

Esta ‘angolanização’ dos aspectos coloniais foi muito importante para a identidade nacional e para o enriquecimento da cultura portuguesa em todo o mundo. Com este propósito, não devemos olhar a língua como um legado de opressão e dominação, mas como um bem cultural do Estado-Nação angolano que ainda está em forma. Por isso, todos os sectores culturais, políticos e institucionais em Angola são importantes nesta nova fase que esta Nação está a conhecer.

Depois de anos de conflitos bélicos, o exército tem desempenhado um papel importante na unificação territorial, tendo a mesma importância que a língua para o futuro de Angola. Porque um exército integrado e nacional vai poder garantir a paz territorial e a defesa das fronteiras nacionais. Além de que o exército angolano tem assumido o papel de integrador, incorporando nas suas fileiras soldados que pertenciam à UNITA. Devemos olhar neste sentido este aspecto como positivo, porque implica que as armas estarão no controle do Estado. Garantindo assim que a guerra não seja um

meio ao alcance de todos, mas sim que só o Estado contém esta função de fazer a guerra e a paz.

Contudo, este trabalho não foi a todos os lados da realidade angolana; procurou responder apenas a alguns aspectos que tinham a ver com a formação da Nação e do Estado angolano. As dinâmicas internas e as alterações internacionais poderão abrir novos temas e debates sobre Angola, bem como enriquecer o tema que esta tese procurou descortinar. A riqueza sobre este tipo de formação política e territorial está na sua génese e na sua dependência internacional. Logo, a infinidade que este tema tem levar-nos-á tempo para respondermos a múltiplas questões. Porque a partir deste ponto, reunimos também as condições necessárias para entrar noutra questão belicosa e difícil de explorar, que é a formação e a concretização do Estado e da Nação angolana. O próximo tema é deveras impreciso, mas contém uma vanguarda necessária para compreendermos o embrião do Estado/Nação. Será que a descolonização de Angola pertence na categoria de revolução? Esta pergunta é fundamental para compreendermos os processos da criação do Estado/Nação deste país, e não nos permite fechar o ciclo, mas dar asas a futuros estudos que procuram responder a esta realidade internacional de criação de Nações e Estados de conveniência internacional.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Benedict. Comunidades Imaginadas. Trad. Catarina Mira. Lisboa: Edições 70, 2005.

ANTUNES, José Freire. Kennedy Salazar. O leão e a raposa. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2013.

BURDEAU, Georges. O Estado. Trad. Cascais Franco. Póvoa de Varzim: Publicações Europa-América, 1970.

DOUGHERTY, James E.; PFALTZGRAFF Jr., Robert L. Relações Internacionais – As teorias em confronto. Trad. Marcos Farias Ferreira e outros. Lisboa: Gradiva Publicações, 2011. pp. 79-125.

EISENSTADT, S. N. As Grandes Revoluções e as Civilizações da Modernidade. Trad. Filipe Carreira da Silva. Lisboa: Edições 70, 2011.

FAGE, J. D. “Historia da África”. Trad. Aida Freudenthal e outros. Lisboa: Edições 70, 2013. pp. 441-637.

HALL, John A.; IKENBERRY, G. John. O Estado. Trad. M. F. Gonçalves de Azevedo. Lisboa: Editorial Estampa, 1989.

HOBBSBAWM, Eric. A Questão do Nacionalismo – nações e nacionalismo desde 1780. Trad. Carlos Lains. Lisboa: Ed. Terramar, 2004. pp. 157-181.

LIPSET, Seymour Martin. Consenso e Conflito. Trad: Rafael Marques. Lisboa: Gradiva Publicações, Lda., 1992. p. 166.

MARQUES, Alexandra. Segredos da Descolonização de Angola. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2013.

MATEUS, Dalila Cabrita & MATEUS, Álvaro. Angola 61- Guerra Colonial: Causas e Consequência. Alfragide: Texto Editores, 2011.

MATEUS, Dalila Cabrita. Memórias do colonialismo e da guerra. Porto: Asa Editoras, 2006.

MATOS, Patrícia Ferraz. As côres do império - Representações raciais no império colonial português. Viseu: Ed. ICS, 2006.

MILHAZES, José. Angola o Princípio do Fim da União Soviética. Lisboa: Ed. Nova Veja, 2009.

NIETZSCHE, Friedrich. Assim Falou Zaratustra. Trad. M. de Campos. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2008. p. 44.

POLANYI, Karl. A Grande Transformação. Trad. Miguel Serras Pereira. Lisboa. Edições 70, 2013. pp. 325-480.

SÁ, Tiago Moreira. Os Estados Unidos e a Descolonização de Angola. Alfragide: Publicações Dom Quixote, 2011.

SCHNEIDMAN, Witney W. Confronto em África – Washington e a Queda do Império colonial Português. Trad. Nuno Bom de Sousa. Lisboa: Ed. Tribuna da História, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu. Produção Social da Identidade e da Diferença?. Petrópolis: Vozes, 2003.

VENÂNCIO, José Carlos. *“O global e o local em Remember Ruben de Mongo Beti e em A vida verdadeira de Domingos Xavier de Luandino Vieira”* A dominação colonial - Protagonismo e Herança. Lisboa: Editorial Estampa, 2005. pp. 94-105.

WEBER, Max. Conceitos Sociológicos Fundamentais. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2009.

WHEELER, Douglas; PÉLISSIER, René. História de Angola. Trad. Pedro Gaspar Serras Pereira e Paula Almeida. Lisboa: Ed. Tinta-da-China, 2011.

Fontes:

AGOSTINHO, Neto. Fogo e Ritmos. Vila Nova de Cerveira: Ed. NÓSSOMOS, 2011.

CARDOSO, António Silva. Angola - Anatomia de uma Tragédia. Alfragide: Oficina do Livro, 2009.

Constituição da República de Angola. Luanda: Ed. Imprensa Nacional, 2010.

FERNANDES, Isabel. “*Pepetela: “Não estou desiludido. Para isso, era preciso ter ilusões”*” As Artes Entre as Letras. 30 de Abril de 2014. p.9.

GALVÃO, Henriques. “Da Minha Luta Contra o Salazarismo e o Comunismo em Portugal” Lisboa: Editora Arcádia, 1976

SANTOS, Daniel. “*Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente*”. Revista Estudos Afro-Asiáticos. Ano 23. nº 1. (2001) pp. 99-133.

Referências Eletrónicas

ANGONOTÍCIAS.COM. “*Angola proíbe o Islão e fecha mesquitas*”. Jornal A semana 27/11/2013: <http://asemana.publ.cv/spip.php?article94158&ak=1>. Acedido em 27 de Junho de 2014.

AUGUSTONI, Prisca ; VIANA, Anderson Luiz. “*A identidade do sujeito na fronteira do pós-colonialismo em Angola.*” IPOTESI, Juiz de Fora. Vol. 14, nº2. 2010. pp. 189-205: www.ufjf.br/.../16-A-identidade-do-sujeito-na-fronteira-do-pós-colonial. Acedido em 14 de Junho de 2013.

CUNHA, Daniel de Oliveira. “*Angola, nascimento de uma nação: um estudo sobre a construção de identidade nacional.*” Luanda: Edições Kilombelembe, 2009. Cadernos de campo, São Paulo, n.20, pp.327-332: www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/36812/39534. Acedido em 14 de Junho de 2013.

DEARO, Guilherme. “*Angola proibiu o Islão?*” Exame.com. 28/11/2013: exame.abril.com.br/mundo/noticias/a-angola-proibiu-o-islamismo. Acedido em 12 de Junho de 2014.

ESQUERDA.NET. “*Angola: polícia reprime manifestação antes de começar*”. 30/03/2013: www.esquerda.net/.../angola-polícia-reprime-manifestação-antes-de-com. Acedido em 12 de Junho de 2014.

GONÇALVES, António Custódio. “*Estado, Cidadania e Nacionalismo: O Caso de Angola*”. Faculdade de Letras e Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. pp. 105-120: ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6929.pdf. Acedido em 01 de Novembro de 2013.

HEIMER, Franz-Wilhelm. “*Estrutura social e descolonização em Angola.*” Análise Social. Portugal. 2ª Série. Vol.10. nº40. 1973. pp. 621-655: analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223893641S4fXU7py7Oh19YJ3.pdf. Acedido em 17 de Dezembro de 2012.

HENRIQUES, Isabel Castro. “*Território e Identidade – O Desmantelamento da Terra Africana e a Construção da Angola Colonial*” (c.1872-c. 1926). Lisboa. 2003. pp. 2-27: www.africafederation.net/DESMANTELAMENTO_AFRICANO.pdf. Acedido em 14 de Junho de 2013.

JORGE, Manuel. “*Nação, Identidade e Unidade Nacional em Angola*”. Latitudes. nº28. Dezembro 2006. pp.3-10: www.revuesplurielles.org/uploads/pdf/17/28/17_28_02.pdf. Acedido em 22 de Fevereiro de 2014.

Jornal Diário de Notícias de 07/06/2013. Disponível em www.dn.pt/inicio/globo/interior. Acedido no dia 27/06/2014.

Jornal Público. “*Polícia angolana impede manifestação e prende activistas*”.

20/12/2012: www.publico.pt/.../policia-angolana-impede-realizacao-de-manifestacao. Acedido em 12 de Junho de 2014.

ONOFRE, Clara. “*Angola: Polícia a Ferro e Fogo contra manifestação por eleições justas*”. 11 de Março de 2013: pt.globalvoicesonline.org/.../angola-policia-manifestacao-eleicoes-justas/. Acedido em 12 de Junho de 2014.

SIZA, Rita. “*José Eduardo dos Santos diz que trabalhadores portugueses são bem-vindos em Angola*” 06/06/2013: <http://www.publico.pt/economia/noticia/jose-eduardo-dos-santos-diz-que-trabalhadores-portugueses-sao-bem-vindos-em-angola-1596693>. Acedido em 12 de Junho de 2014.

VIEIRA, Manuel. “*Luanda sob tensão por causa de manifestação contra Presidente*”. Jornal DW: em www.dw.de > PROGRAMAS > África > Angola. Acedido em 12 de Junho de 2014.

WENDT, Alexander. “Constructing International Politics”. International Security, Vol. 20, No. 1. (Summer, 1995), pp. 71-81: <http://links.jstor.org/sici?sici=0162-2889%28199522%2920%3A1%3C71%3ACIP%3E2.0.CO%3B2-I>. Acedido em 24 de Junho 2013.